



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUIZ PAULO DE MELO COSTA

**UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DE
UBERLÂNDIA À LUZ DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA
DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL**

UBERLÂNDIA
2018

LUIZ PAULO DE MELO COSTA

**UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DE
UBERLÂNDIA À LUZ DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA
DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dr^a Patrícia Vieira Trópia

UBERLÂNDIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C837a
2018

Costa, Luiz Paulo de Melo, 1983-

Uma análise da coleta seletiva solidária de Uberlândia à luz do conceito de economia solidária [recurso eletrônico] : limites e possibilidades de inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as de material reciclável / Luiz Paulo de Melo Costa. - 2018.

Orientadora: Patrícia Vieira Trópia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1336>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Sociologia. 2. Coleta seletiva de lixo. 3. Economia social. 4. Catadores de lixo. 5. Política pública. 6. Marx, Karl, 1818-1883. 7. Comunismo. 8. Socialismo. I. Trópia, Patrícia Vieira, 1963-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

LUIZ PAULO DE MELO COSTA

**UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA DE
UBERLÂNDIA À LUZ DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA
DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Prof. Dr.^a. Edilson José Graciolli (UFU)

Prof.^a. Dr.^a. Darcilene Cláudio Gomes (FUNDAJ)

Resultado: _____

Uberlândia, 05 de julho de 2018.

Dedico à minha companheira de vida, de lutas e sonhos esse trabalho. Sem o seu apoio e sua acolhida nos momentos mais difíceis essa pesquisa e dissertação não seria possível. Com todo o meu carinho e amor, meu muito obrigado, Alecilda.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que me ajudaram a chegar até esse momento, se alguém não for citado a culpa é da falta de memória. Esse trabalho não seria possível sem a orientação do Professor Edilson José Graciolli. Ao longo dessa trajetória, o meu carinho e admiração só aumentaram em relação a esse amigo e camarada que tanto contribui para que eu seja melhor, tanto na minha trajetória acadêmica, quanto na militância e, também, como pessoa. Todos os elogios que esta dissertação receber só são possíveis graças a esse grande professor e amigo.

Agradeço, também, a minha família que sempre me apoiou, minha mãe, Anelise, minha vó, Candinha, minhas irmãs e, em especial, a Lorena, que divide comigo a esperança de um mundo melhor, minhas tias e meu tio, primas, primos e sobrinhos, nesses que renovo minha forças na luta pela superação do capitalismo.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Ciências Sociais, às professoras que compõem essa banca, Patrícia Trópia e Darcilene Gomes, aproveito para citar professores importantes nessa minha trajetória no mestrado: Marcel Mano, Sidartha Sória, Maria Lúcia Vannuchi e Mariana Côrtes.

Não posso deixar de me lembrar das minhas colegas de turma que dividiram comigo as angústias e alegrias nesse período, o fardo foi menor por que vocês estavam lá! Meu abraço forte para Daniella, Inaê, Gabriela, Juliana, Bruna, Andreia, Nayara, Karine, Vivian, Danubia e Patrícia.

Não posso deixar de mencionar meus camaradas do PCdoB e da UJS de Uberlândia, fica aqui o registro ao Flávio, Talmeide, Cecília, Solange, Rayssa, Max, Raphaela, Letícia Farah, Gislene, Jimmy, Vitor Hugo, Rossana, André, Serginho, Diogo, Viviene e Luiz Bittencourt.

Deixo também um abraço aos amigos e amigas que acompanharam e me apoiaram, não só na feitura desse trabalho, mas nas dificuldades que tive e sempre estiveram por perto: Daniel, Brener, Livia, César, Lorena Magalhães e Joene.

Quando fui trabalhar na Prefeitura de Uberlândia encontrei pessoas incríveis que acreditam muito na coleta seletiva solidária e no potencial dos/as catadores/as, por isso, presto uma homenagem a esses colegas nas figuras da Luciana e de minha querida amiga Tânia.

Não posso terminar esse agradecimento sem citar os protagonistas desse trabalho, os/as catadores/as que conheci e convivi desde 2013. Vi de perto suas lutas, angústias, derrotas e vitórias, o que aprendi com eles carregarei para sempre. Se saio daqui mestre é por que aprendi e muito com os/as catadores/as. Meu respeito, admiração e gratidão. Muito

obrigado pelo que vocês me proporcionaram Roosevelt, da Assotaiamam, Marquinhos, da Coru, Pastor Claudemir e Zeca, da Acoppmar, Seu João Batista, da Arca, Dona Cila, da Acru e Lêonidas, da Arbe.

“Lutar, criar, reciclagem popular!”

(Lema do Movimento Nacional de Catadores)

RESUMO

O tema da sustentabilidade tem estado em relevo nas últimas três décadas, provocando reflexões acerca em torno de questões ambientais. Dentre inúmeras, uma questão que se destaca que é a coleta seletiva. Desde a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, a destinação correta dos resíduos entrou na pauta de gestores públicos e da sociedade civil. Isso se deve, em grande medida, porque PNRS estabeleceu metas que devem ser cumpridas. Uma delas é a da implantação de programas de coleta seletiva em todos os municípios do Brasil. Essa meta está intimamente ligada com um importante segmento que sempre viveu do “lixo”, os/as catadores/as de material reciclável. Este trabalho visa a compreensão de qual é o papel que os/as catadores/as cumprem na política de coleta seletiva de Uberlândia. Com isso, buscaremos retratar tal política na cidade. Mais precisamente buscase através de categorias da teoria social de Karl Marx analisar os limites e possibilidades da economia solidária, como instrumento de crítica e transformação da sociedade capitalista.

Palavras Chaves: Coleta seletiva; Economia Solidária; Catadores/as; Políticas Públicas; Karl Marx; Marxismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza e Resíduos. Especiais
ACOPPPMAR	Associação de Catadores de Plásticos, PET, PVC e outros Materiais Recicláveis
ACRU	Associação de Catadores e Recicladores de Uberlândia
ARBE	Associação dos Recicladores do Bairro Boa Esperança
ASSOTAIAMAN	Associação de Catadores e Recicladores do Bairro Taiaman
BDI	Banco de Dados e Informações
CAD-ÚNICO	Cadastro Único
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários
CORU	Cooperativa de Recicladores de Uberlândia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPEA	Instituto e Pesquisa Econômica Aplicada
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PET	Poli(Tereftalato de Etileno)
PEV	Ponto de Entrega Voluntária

PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDC	Partido da Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PV	Partido Verde
PVC	Policloreto de Vinila
RCC	Resíduos da Construção Civil
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REGISTROS ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COLETA SELETIVA NO BRASIL	14
1.1 A Política de Coleta Seletiva no Brasil.....	14
1.2 Caracterização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).....	19
1.3 Caracterização do setor produtivo e dos/as trabalhadores/as da coleta seletiva solidária.....	22
2 A COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM UBERLÂNDIA	35
2.1 O Sistema de coleta dos resíduos sólidos urbanos em Uberlândia.....	41
2.2 O Programa de Coleta Seletiva em Uberlândia.....	45
3 LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE ALGUMAS CATEGORIAS DA TEORIA SOCIAL DE KARL MARX	57
3.1 Importantes categorias de Karl Marx para se pensar a cadeia produtiva dos materiais recicláveis.....	57
3.2 Fundamentos e características da Economia Solidária.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

De acordo com informações veiculadas pelo jornal O Globo (2014), no ano de 2013 foram geradas 209.208 toneladas de lixo por dia no Brasil, constituindo o maior aumento na produção de lixo em dez anos. Estima-se que quase metade do que é descartado ainda tem como destino os chamados “lixões” a céu aberto, gerando altos índices de poluição e degradação do meio-ambiente. O descarte adequado entra para a ordem do dia, se tornando uma questão urgente e que merece a atenção da sociedade como um todo, mas, principalmente por parte do Setor Público, já que, quando descartado, passa a ser responsabilidade dele.

Em meio a esse cenário, aparece a figura daquele(a) que faz do lixo a sua condição de sobrevivência, seja através da utilização daquilo que é descartado por outrem e para o que se dá uma nova utilidade, ou através de separação do material que pode ser revendido para reciclagem. São legiões de brasileiros(as) que sobrevivem como catadores(as) de resíduos sólidos e que, em sua grande maioria, exercem suas atividades em condições insalubres, precárias e indignas.

De acordo com um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), esta categoria é composta por cerca de 400 mil catadores no Brasil. Ao somarmos todos os membros de famílias de catadores(as) esta população chega a 1,4 milhões de pessoas vivendo do lixo. Este estudo, que procurou realizar uma radiografia social destes(as) trabalhadores(as), mostrou que a maioria é formada por homens, negros e jovens com baixa escolaridade (IPEA, 2016).

A partir da primeira década do século XXI temos acompanhado uma mudança no modelo de trabalho dos(as) catadores(as) de resíduos sólidos. O principal motivo para isto é a concepção de reutilização e reaproveitamento do material descartado e a distinção dos resíduos sólidos em recicláveis, orgânicos e rejeitos. Estas mudanças trouxeram avanços significativos para os catadores de material de reciclável no que tange ao reconhecimento do serviço prestado pelos mesmos e, também, pelo número de políticas públicas que vêm sendo criadas e aplicadas para tal segmento.

Para citarmos alguns exemplos mais representativos, em 2002 o Código Brasileiro de Ocupações reconhece a categoria profissional de catador de material reciclável; a Lei nº 11.445/2007, que permite às prefeituras contratarem as Cooperativas e associações de catadores, com a dispensa de licitação para realizarem o serviço de coleta de resíduos sólidos e, por fim, a lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevendo,

entre outras questões, o fim dos lixões e a integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam a coleta seletiva.

Buscaremos, desse modo, ao longo do trabalho, entender essas transformações que passaram a ser um constante no tratamento dos resíduos sólidos, principalmente os recicláveis, com a intenção de compreender e analisar o papel que os(as) catadores(as) cumprem na elaboração das políticas públicas e, por fim, como suas demandas são recebidas e executadas pela política pública de coleta seletiva na cidade de Uberlândia.

Para tanto, no primeiro capítulo buscamos realizar um levantamento bibliográfico que nos ajudasse a compreender a história, econômica, política e social acerca da implantação de políticas públicas de destinação dos resíduos sólidos no Brasil. A partir desse ponto, fazer apontamentos críticos sobre os caminhos que foram tomados, principalmente, em relação à inclusão socioprodutiva ou não dos(as) catadores(as) de material reciclável no Brasil.

No segundo capítulo faremos uma revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e discussão de como a cidade de Uberlândia, ao longo de sua história, tratou a política de coleta seletiva, visando a entender em seu processo as ações que possam ter levado ou não a uma consolidação dessa política pública na cidade.

Por fim, no terceiro capítulo, faremos uma análise sobre o processo da coleta seletiva solidária à luz de alguns conceitos da economia política marxista, na intenção de demonstrar que os empreendimentos de catadores e catadoras – as associações e cooperativas – sem uma rede de colaboração solidária não tem sentido, porque essas experiências de autonomia se tornariam inviáveis por se tornarem uma “ilha” cercada pela lógica do neoliberalismo. Na prática, os empreendimentos de catadores e catadoras quando muito conseguem se libertar das amarras dos atravessadores, mas a lógica da produção e reprodução capitalista se mantém.

Para conseguirmos dar conta desse propósito é importante registrarmos qual concepção teórica e metodológica vamos usar para alcançar nossos objetivos com essa pesquisa.

Nossa análise, como veremos no Capítulo 3, tem como alicerce o método criado por Marx e Engels e desenvolvido posteriormente pelos marxistas, o método do materialismo histórico e dialético. Nesta concepção o pressuposto é que em toda a história, homens e mulheres, estabelecem relações sociais a partir da produção e reprodução da vida material. Nesse sentido, na “Ideologia Alemã”, Marx e Engels vão afirmar que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material. (ENGELS & MARX, 1987, p.27).

Entendemos, desse modo, que para a análise da economia solidária, da política de coleta seletiva em Uberlândia, as categorias de Marx, principalmente, serão importantes ferramentas para desvelar as relações sociais e os interesses que compõem o quadro do nosso pequeno universo de pesquisa.

Apoiamo-nos, também, em uma importante técnica de pesquisa qualitativa, a análise de dados. Para extrairmos algumas considerações, a observação participante.

De acordo com Haguette (2001), as pesquisas qualitativas são valiosos instrumentos quando o objeto/fenômeno de estudo possui especificidades que precisam ser entendidas em suas origens e razões de serem. Ainda segundo o autor, a observação participante requer uma presença constante, um compartilhamento consciente e sistemático, coleta de dados; tempo necessário para a observação e observador se torna de algum modo modificador do contexto e receptáculo de influências do mesmo.

Nesse sentido, a opção pela observação participante se fez devido ao tipo de relação que o pesquisador tinha com o seu objeto de estudo. No capítulo 2, tal relação é melhor detalhada, o importante a se notar é que já existia uma interação face a face com o objeto, o que possibilitou o acesso a informações privilegiadas sobre programa de coleta seletiva de Uberlândia e propiciou certa capacidade de ver questões que escapariam a um completo estranho.

1 REGISTROS ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COLETA SELETIVA NO BRASIL

1.1 A Política de Coleta Seletiva Solidária no Brasil

A construção de uma política pública para resíduos sólidos é uma antiga bandeira defendida por parcelas da sociedade civil na esfera da política ambiental com inclusão social. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída no ano de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu último ano de governo, pode ser considerada a materialização desta bandeira. Com ela, surgiram novas possibilidades para este setor no Brasil e para aqueles e aquelas que dela vivem, como os/as catadores/as de material reciclável (CEMPRE, 2016).

Primeiramente é preciso elucidar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) corresponde ao arcabouço jurídico e regulatório que visa a estabelecer parâmetros sobre todas as políticas acerca dos resíduos sólidos no Brasil e, por sua vez, a Política de Coleta Seletiva é parte desta, mas possui caráter distinto de outros temas dentro da própria PNRS.

É importante, ainda, ressaltar que são vários os estudos acadêmicos ou de organizações ligadas ao governo federal ou da sociedade civil que procuram realizar um levantamento e um diagnóstico sobre a geração e destinação do resíduos sólidos no país, bem como sobre o perfil e situação social dos/as trabalhadores deste setor.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se, principalmente, pelos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que elaborou um relatório, em 2012, para o Projeto “Diagnóstico da Situação Atual dos Resíduos Sólidos no Brasil”, com vistas a colaborar na elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos¹. Utilizamos, também, do relatório intitulado “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável”, publicado pelo IPEA no ano de 2013.

Outra fonte de dados importante para o desenvolvimento deste trabalho foram as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que se refere às informações sobre resíduos, fizemos uso da “Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB)” realizada nos anos 2000 e 2008 por este mesmo Instituto.

¹ O Plano Nacional de Resíduos Sólidos é um dos instrumentos criados a partir da PNRS que visa a concretização em vários níveis da política que foi aprovada em 2010.

A escolha por estas duas fontes deve-se ao fato de que as mesmas contribuíram com o processo de elaboração da PNRS fornecendo informações, diagnósticos e análises para a mesma. Além disto, devemos considerar que ambas transmitem credibilidade e excelência em suas produções.

Para entendermos porque a PNRS pode ser compreendida como a consolidação da bandeira defendida por parcelas da sociedade civil torna-se importante enfatizar que esta Política permitiu também a conclusão, por parte do governo federal, do marco legal que emitiu sua regulamentação e abriu caminhos para futuros acordos setoriais. A partir destas mudanças, coube às prefeituras iniciar o processo de adequação de seus municípios aos preceitos da nova lei, garantindo o fim dos “lixões” e a implantação da coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos/as catadores/as (CEMPRE, 2016).

Pode-se afirmar que o diferencial desta Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, foi a incorporação jurídica das cooperativas de reciclagem ou cooperativas de catadores/as como entes importantes no processo da destinação correta dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), notadamente, aqueles aptos a entrarem na cadeia da reciclagem.

Este modelo, existente há anos no Brasil, compreendido pela parceria entre poder público e catadores/as – mesmo com debilidades –, é o responsável pelos altos índices de reciclagem nacionais. Estima-se que, atualmente, exista mais de 700 cooperativas de reciclagem operando no Brasil e que muitas delas já contribuem oficialmente para o processo de coleta seletiva de diversas cidades (CEMPRE, 2016).

Em cidades como Londrina, situada no estado do Paraná, a operação de coleta seletiva é realizada integralmente por cooperativas de catadores formadas com incentivo da prefeitura municipal e remuneradas por seus serviços. São modelos de parcerias com associações que reúnem catadores/as que antes trabalhavam nas ruas das cidades ou como garimpeiros/as de lixões (ENVOLVERDE, 2011).

Em sua abrangência, pode-se dizer que o trabalho atribuído aos/as catadores/as “consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem”. Por valor de mercado compreende-se a capacidade que o trabalho realizado por esses/as catadores/as tem de transformar “o lixo, (algo considerado inútil a princípio) em mercadoria outra vez (algo útil, dotado de valor de uso e de valor de troca” (IPEA, 2013, p.5).

Todas estas categorias são basilares para compreendermos a importância do trabalho desenvolvido por este setor e a atuação dos/as catadores/as como sujeito econômico e

social deste processo. No desenvolvimento deste trabalho estas categorias serão destrinchadas e analisadas a partir de elementos teóricos fornecidos por Karl Marx.

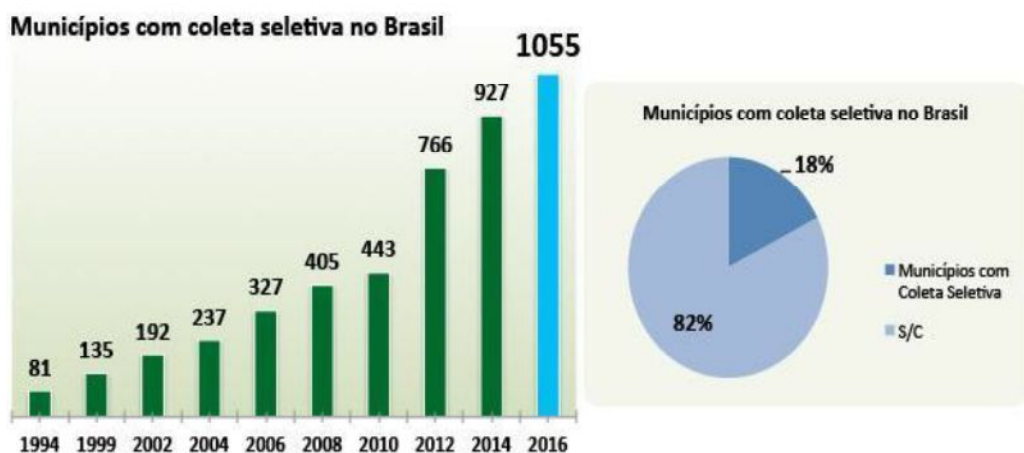
A análise, neste momento, abordará registros acerca do processo de implementação da política de coleta seletiva no Brasil.

As primeiras iniciativas para destinação correta dos resíduos recicláveis no Brasil datam do final dos anos 1980 do século passado, firmando-se como política pública, ainda aquém do necessário, somente em meados dos anos 90 daquele século. Cabe destacar, ainda, que essas iniciativas tomam corpo em função das demandas das organizações de catadores/as de material reciclável (BENSEN; RIBEIRO, 2006).

Desde 1994, o CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem) realiza uma pesquisa, através de questionários que são enviados às prefeituras, acerca situação das políticas de coleta nos municípios brasileiros. Em nossa avaliação, estas são, em conjunto com as pesquisas realizadas pelo IPEA, as melhores fontes de informação acerca do nosso tema de investigação.

Resultados da pesquisa de 2016 realizada pelo CEMPRE demonstram, como é possível ver no gráfico abaixo, um avanço na implementação de coleta seletiva nos municípios brasileiros e que a partir da publicação da Lei 12.305/2010, que instituiu a PNRS, esse crescimento se acelera devido às metas que os municípios deveriam cumprir até o final de 2014.

Gráfico 01 - Municípios com coleta seletiva no Brasil



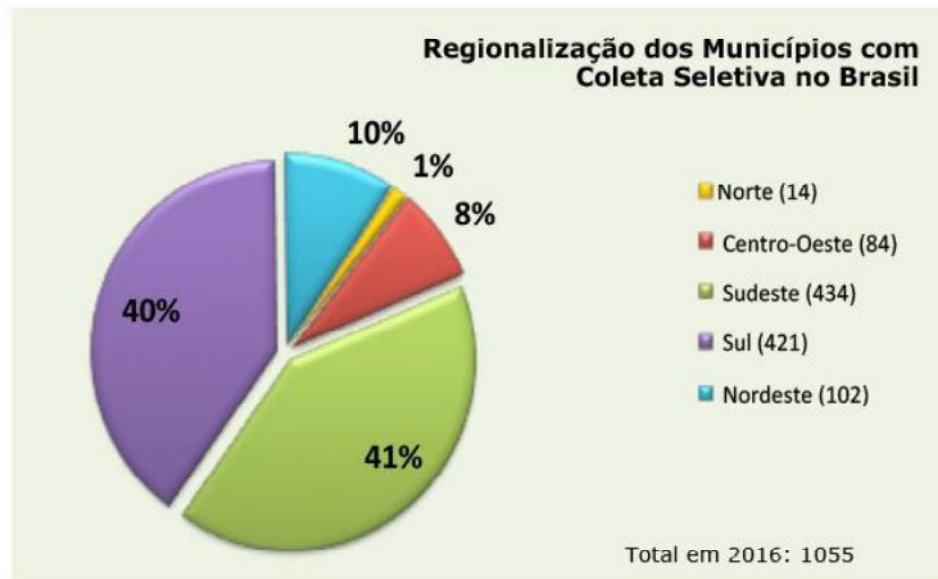
Fonte: CEMPRE (2016, n.p.)

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o território brasileiro possui 5561 municípios². Deste total, conforme demonstra a ilustração acima, apenas 18% possuem uma política de coleta seletiva. É perceptível, a partir desta informação, que a meta proposta pela PNRS está ainda muito distante de ser cumprida.

Em matéria publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo” (2012) ficam evidentes as dificuldades que os municípios enfrentam para conseguirem chegar de fato às metas estabelecidas pela PNRS. A principal queixa está no curto prazo para a implementação da política – a PNRS foi estabelecida em 2010 e o prazo seria até o final de 2014. Há ainda a queixa de ordem orçamentária, já que os custos da implementação de aterros sanitários seriam elevados demais.

Na ilustração a seguir, apontaremos um dado importante que nos ajuda a entender a dinâmica da coleta seletiva nos país e que pode jogar luz sobre alguns aspectos acerca das desigualdades regionais:

Gráfico 02 - Regionalização dos municípios com coleta seletiva no Brasil



Fonte: CEMPRE (2016, n.p.)

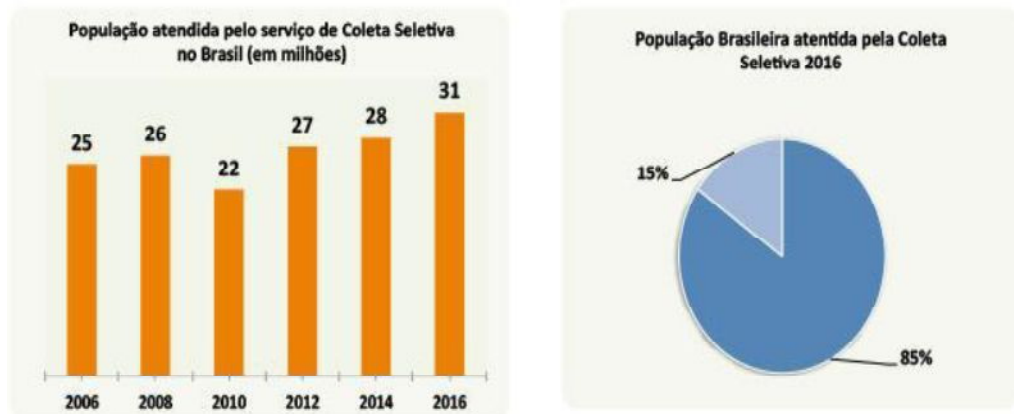
² Esta informação consta na Tabela de Indicadores Sociais Municipais, dos anos 2000, disponível no sitio do IBGE através do link: <https://goo.gl/TvYqUV>.

É possível observar, de forma muito objetiva, que existe uma concentração de 81% de coleta seletiva nos municípios das regiões Sul e Sudeste e de apenas 29% nas outras três regiões. Apesar da grande mobilidade social que o Brasil passou pelos últimos doze anos, através dos governos Lula e Dilma, as desigualdades estruturais ainda não foram vencidas, como a desigualdade regional que privilegia o sul e sudeste como as regiões que ainda concentram as riquezas produzidas aqui. Uma das regras técnicas da coleta seletiva para seu início é sempre partir de onde se gera mais resíduo. Deste modo, é “natural”, esperado, devido às suas economias, que essas regiões sejam as que mais possuem iniciativas de reciclagem dos resíduos.

A política de coleta seletiva tende a estar cada vez mais presente, especialmente após a implementação da PNRS, na vida dos municípios e a se tornar, desse modo, não apenas uma política de governo, mas sim uma política de Estado.

O número de pessoas atendidas pela coleta seletiva cresce a cada ano. E nos leva, paulatinamente, a avaliar o processo em curso e os benefícios – não só ambientais, mas também sociais e econômicos – por ele oportunizados. O próximo gráfico nos mostra que 31 milhões (15%) de brasileiros e brasileiras são atendidas pela coleta seletiva:

Gráfico 03 - População atendida pelo serviço de coleta seletiva no Brasil



Fonte: CEMPRE, 2016, n.p.

Uma ponderação a ser feita é sobre a diferença entre o município possuir uma política de coleta seletiva e a participação de fato dessa população. Esses dados apresentados são importantes como referência, mas não conseguem avaliar a participação da população na política que é oferecida. Optamos por tratar disso ao analisarmos, através da observação participante, o caso do município de Uberlândia, no capítulo 2.

Ainda analisando as políticas de coleta seletiva, aspecto importante que devemos ressaltar são os modelos operacionais de coleta seletiva existentes. São, basicamente, três: a coleta porta a porta, os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e as próprias associações e cooperativa de catadores/as.

Na coleta porta a porta o município deixa seu resíduo reciclável na lixeira em frente à sua casa e um caminhão, geralmente caminhões baús, próprio para a coleta seletiva passa e faz a coleta. Esse modelo segue o da coleta convencional de lixo. Os PEVs são locais (supermercados, lojas, empresas e equipamentos públicos) previamente delimitados para se fazer a entrega dos resíduos recicláveis de forma voluntária e, por fim, as próprias organizações de catadores/as que acabam cumprindo a função de um PEV. Geralmente fazem uso desse serviço os/as moradores/as de determinado bairro e/ou região onde ficam localizados galpões de triagem.

Evidenciam-se, em relação à coleta seletiva, três metas entre as várias previstas na PNRS, sendo elas: o fim dos lixões e, concomitante a isso, a implementação da coleta seletiva em todos os municípios brasileiros e, também, o caráter solidário da política da coleta seletiva que busca a inclusão sócio-produtiva e a participação ativa dos catadores/as de material reciclável na sua elaboração e gestão.

1.2 Caracterização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Os debates acerca de uma proposta de políticas para resíduos são antigos e remontam à Constituição de 1988. Existiam dezenas de propostas de leis que já tramitavam no Congresso Nacional desde então, mas não se concretizava em uma proposta consensual entre os segmentos envolvidos: poder público, empresas, indústrias, ONGS e movimentos sociais (CEMPRE, 2016).

A partir de 2004, no primeiro mandato do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o Ministério do Meio Ambiente articulou-se através do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e de um grupo interministerial para elaborar uma proposta que visava a criar mecanismos e diretrizes sobre os resíduos sólidos nos país. Proposta esta que, mais tarde, veio a se concretizar na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Torna-se importante uma caracterização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada pela Lei 12.305/2010 e, por meio da qual, foram implementadas e estabelecidas as diretrizes gerais sobre os resíduos sólidos no Brasil, suscitando o debate sobre as formas de modelo de gestão dos resíduos.

A PNRS inaugura um novo modelo de gestão dos resíduos envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios –, o setor produtivo e a sociedade civil. Este novo modelo de gestão alia desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental e introduz novos conceitos na perspectiva de uma mudança de paradigma em relação ao tratamento dado ao tema. É possível observar isto quando a lei no Cap.1, Art. 4 diz que:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010, n.p).

Mais adiante, a Lei 12.305/2010 especificou sobre a atuação do poder público e sociedade civil sobre os resíduos invocando a ideia de responsabilidade compartilhada que elimina o hábito de que somente o poder público tem responsabilidade, principalmente, sobre a destinação adequada dos resíduos. No Cap. 3, Art.30, define-se o conceito de responsabilidade compartilhada e nos incisos seguintes os objetivos de tal instrumento

É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção (BRASIL, 2010).

No que tange à caracterização dos resíduos sólidos, outro ponto importante, e que está nos marcos legais da PNRS, é a distinção entre aquilo que pode ser reciclável e os rejeitos, que deverão ser destinados ao aterro sanitário.

De acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT (NBR 10.004:2004), podemos caracterizar os resíduos sólidos como aqueles que:

resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções, técnica e economicamente, inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004).

Para efeitos de nossa análise, será adotada a definição de resíduos sólidos de acordo com a Lei 12.305/2010, que em seu Art.13 delimita os resíduos sólidos como aqueles que têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem: a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas; b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b” (BRASIL, 2010).

Dentre os tipos de Resíduos Sólidos, o que nos interessa são os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), porque serão eles o “alvo” das políticas de coleta seletiva. E, dentre os RSU, pode-se dividi-los em dois grupos: resíduos orgânicos e os inorgânicos. Os orgânicos são resíduos compostos por restos de vegetais, plantas e animais e que no ambiente doméstico é materializado, principalmente, pelas sobras de alimentos. Importante ressaltar que esse tipo de resíduo também é reciclável através da técnica de compostagem.

Os resíduos inorgânicos – comumente chamados de “lixo seco” e que são os tipos de materiais mais visados pelos/as catadores/as e também pela indústria da reciclagem – são encontrados na forma de papel, papelão, metais e vidros. Abaixo temos uma tabela com a estimativa dos tipos de resíduos que foram gerados em 2008 no Brasil. Esta ilustração foi criada a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (2008).

Tabela 01 - Estimativa da composição gravimétrica dos resíduos urbanos coletados no Brasil em 2018

RESÍDUOS	PARTICIPAÇÃO (%)	QUANTIDADE (T/DIA)
Material Reciclável	31,9	58.527,40
Metais	2,9	5.293,50
Aço	2,3	4.213,70
Alumínio	0,6	24.847,90
Papel, Papelão e Tetra Pack	13,1	23.997,40
Plástico Total	13,5	24847,90
Plástico Filme	8,9	16.399,60
Vidro	2,4	4.388,60
Matéria Orgânica	51,4	94.335,10
Total	100	183.481,50

Fonte: IBGE; PNSB (2008)

De acordo com as informações obtidas, mais da metade (51,4%) do que é produzido corresponde à matéria orgânica, 31,9% de materiais recicláveis de tipo inorgânico e 16,7% corresponde ao que é chamado de rejeito, não podendo ser reutilizado ou reciclável.

Observando os dados que apresentamos podemos fazer algumas inferências sobre o atual quadro da reciclagem no Brasil e a política pública que se busca instituir para possibilitar a inserção dos/as catadores/as de material reciclável.

Existe um grande potencial ainda não preenchido, os/as catadores/as falam em “jogar dinheiro fora”, da capacidade de elevarmos os índices de reaproveitamento e reciclagem no país. O Brasil possui matéria prima, são milhões de toneladas de resíduos sendo aterrados, recursos tecnológicos e tecnologia social (redes de economia solidária, redes de catadores/as, cooperativas e associações de catadores/as) com potencial de ser modelo de desenvolvimento econômico, ambiental e social nesse setor.

Se não fosse a figura do/a catador/a os índices de reciclagem no Brasil seriam muito menores e é nesse sentido que o Movimento Nacional de Catadores de Reciclável (MNCR) busca o reconhecimento e a inclusão desse importante segmento nas políticas acerca da reciclagem (MNCR, 2015).

O trabalho de catação de material reciclável se aprofunda na esteira de crises econômicas e sociais. No Brasil, especificamente, vemos crescer a partir da crise econômica de 1980, e em especial com o aprofundamento das políticas neoliberais dos governos Fernando Henrique Cardoso, onde tínhamos altos índices de desemprego formal, arrocho salarial e grande parcela dos/astrabalhadores/as jogados na informalidade (BIONDI, 2003).

Esse cenário não só proporciona o aumento do número de trabalhadores/as que vão buscar seu sustento na catação, mas de forma dialética, possibilita a emergência e a articulação política desses indivíduos na luta por direitos, seja na forma de associações/cooperativas e também como movimento social que passa reivindicar políticas específicas para si.

1.3 Caracterização do setor produtivo e dos/as trabalhadores/as da coleta seletiva solidária

Nesta quadra, a caracterização deste setor produtivo com as suas principais características, sua importância socioeconômica e ambiental e também o modo como os

catadores se inserem em sua cadeia de valor é de fundamental importância. Além disso, trataremos das condições de trabalho do/as trabalhadores/as que o compõem. Dar tratamento a estas questões será importante para que compreendamos quais as possibilidades originadas a partir da PNRS para este setor e para os/as trabalhadores/as nele envolvidos/as.

O trabalho de catação de material reciclável é parte do processo brasileiro de urbanização. De acordo com o relatório “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável”, produzido pelo IPEA (2013), os primeiros registros dessa atividade datam do século XIX, coexistindo em pequenas e grandes cidades.

A consolidação da reciclagem enquanto setor produtivo é relativamente recente. Para compreendermos a sua viabilidade é preciso, primeiramente, levarmos em consideração o aumento do nível de consumo de mercadorias nos centros urbanos e, em decorrência disso, “por um lado, o aumento de materiais a serem descartados (...) e, por outro, o encarecimento gradativo de matérias-primas para a produção dos produtos cada vez mais demandados pela sociedade” (IPEA, 2013, p. 10).

A partir daí, centrou-se esforços no desenvolvimento de novas tecnologias que pudessem garantir a transformação de resíduos em matérias-primas que viessem a retornar ao processo produtivo.

Sobre esta questão do consumo é importante tecer algumas considerações. Prevalece nos dias de hoje leituras que nos levam a categorizar a sociedade atual como sociedade do consumo. É preciso alguns cuidados neste caso e, para isto, nos ancoramos na tese de Zacarias (2009, p. 120-121), para quem a “a sociedade contemporânea é menos uma sociedade do consumo e mais uma sociedade ideologizada pelo consumo”. Isto porque, para ela, fica evidente “quando se constata que uma parcela muito pequena da humanidade tem acesso à chamada ‘sociedade de consumo’”.

Além disso, Zacarias defende a “centralidade da produção/trabalho como fator organizador da sociedade de consumo e não o consumo”, como muitas formulações acabam fazendo parecer na atualidade. Este apontamento também torna-se importante, uma vez que algumas perspectivas teóricas apontam para o fim do trabalho na sociedade contemporânea.

A preocupação ambiental, a viabilidade econômica e a gestão dos resíduos sólidos por parte do poder público são, também, dois aspectos relevantes para esta análise. Para compreendermos a problemática ambiental faremos uso da obra de Márcio Magera (2005), “Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade”.

De acordo com Magera (2005, p.82), “o uso dos recursos naturais de uma determinada região e seus ecossistemas depende muito mais do processo produtivo e relações

socioeconômicas adotadas por sua comunidade, que propriamente uma utilização racional e integralizada”. O processo por meio do qual os seres humanos, com sua própria ação, estabelecem com a natureza tem levado a uma degradação destrutiva do meio ambiente.

Para analisarmos esta questão será fundamental, em nossa perspectiva, a utilização da categoria marxista de “condição sociometabólica”. Ela é utilizada por Karl Marx (2013) para tratar da relação estabelecida entre seres humanos e natureza. Para Marx,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2013, p. 225).

Se formos, assim como Marx – e depois como é apontado por Magera (2005) –, à raiz da geração de produtos e/ou mercadorias, compreenderemos que “o homem trata indiferentemente os produtos que deixaram de ter seu valor de uso; inconscientemente, trata a própria natureza como brinquedo que poderá ordenar a seu gosto e prazer” (MAGERA, 2005, p. 83).

A relação estabelecida com a natureza poderia ser de outro modo, mas

por avidez capitalista, o homem somente se interessa pela transformação dos recursos em mercadorias, isto é, em valor-de-troca visando à obtenção de lucros, desprezando a origem natural da reprodução destes recursos e, reflexivamente, ele se distancia da natureza e passa a tratá-la como fonte infinita de recursos, supridora de utensílios (MAGERA, 2005, p. 83).

Neste modelo da sociedade capitalista, em que o individualismo, o consumismo e a arrogância da acumulação e lucro predominam, os seres humanos querem primeiramente que suas necessidades – criadas também por essa sociedade – sejam atendidas, mesmo que para isto sejam indispensáveis ações irracionais e causadoras de crises ambientais.

Relacionando a questão socioambiental com os padrões de consumo da atualidade, podemos afirmar que “são injustos socialmente e insustentáveis ecologicamente” (ZACARIAS, 2009, p. 135). É preciso, entretanto, tomar cuidado para não tratar o consumo como a causa da crise ambiental. Pode-se afirmar, como coloca Zacarias (2009), “que a luta por uma sociedade mais democrática passa, entre outros, por uma crítica ao consumismo e, principalmente, pela iniquidade na distribuição do consumo no planeta”, mas atribuir ao consumo a causa da crise pode ser um “equivoco ecológico” e estrutural.

Para Magera (2005, p. 83), “a adoção de uma nova relação produtiva com responsabilidade socioambiental (...) poderia trazer uma nova esperança aos povos mais oprimidos, crescimento acompanhado de justiça social e desenvolvimento sustentado”.

Surge, diante deste cenário, uma epistemologia ambiental em busca de construir uma racionalidade produtiva alternativa ao modelo atual. Para esta concepção, a crise ambiental é uma crise da razão, compreendendo que se não mudarmos nossos paradigmas “em relação ao modo de produzir” e não modificarmos nossa postura e relação socioambiental, “procurando racionalizar e apresentar alternativas ao modelo atual capitalista de produção e consumo, o planeta não se sustentará enquanto viveiro deste inquilino mais predador” (MAGERA, 2005, p. 84).

Para Foladori (2001 *apud* MAGERA, 2005), esta crise é social. Assim,

Sustentamos que o problema da crise ambiental não deve ser colocado em termos se a sociedade humana se defronta com limites físicos. Porque não existe tal sociedade humana abstrata. O que existem são classes e grupos em alianças e oposição, que se relacionam entre si e com o entorno de maneira totalmente diferente. O problema não é somente técnico, tampouco é prioritariamente técnico. O problema é social. Além das relações técnicas aparentes, existem relações sociais de produção que geram, segundo o tipo, tendências de utilização do entorno, materiais e/ou natureza em geral de forma particular (FOLADORI, 2001, p. 209 *apud* MAGERA, 2005, p. 84)

Com isto, apresenta-se, a partir desta concepção, o cerne da questão: não há possibilidade de pensarmos uma sociedade sustentável nos marcos da sociedade capitalista. No fundo, o que pode-se ter como política sustentável é apenas mitigação.

É preciso, ainda, desconstruir uma falsa polêmica em que buscam colocar o desenvolvimento industrial e tecnológico como os vilões da história. Como apresenta Zacarias (2009, p. 136), “é possível afirmar que as causas da crise ambiental não estão relacionadas à indústria, ao desenvolvimento tecnológico, mas são de responsabilidade das relações sociais capitalistas”. Portanto, para pensarmos a questão da sustentabilidade é preciso debatermos também o modo de produção.

Além dos benefícios ambientais que devem ser levados em consideração – mesmo com todas as críticas e ressalvas apontadas anteriormente – quando pensamos a política de coleta seletiva, temos que levar em consideração também os benefícios econômicos.

Para pensarmos a questão da viabilidade econômica da reciclagem é preciso considerar a gestão dos resíduos sólidos e a participação dos/as catadores/as neste processo. No próximo capítulo teremos uma abordagem desse assunto com mais afinco a partir de uma análise e avaliação da política de coleta seletiva no município de Uberlândia, Minas Gerais.

Neste momento, precisamos deixar claro que a reciclagem tem “se apresentado como uma alternativa social e econômica à geração e concentração de milhões de toneladas de lixo produzido pelos grandes centros urbanos espalhados pelo mundo” (MAGERA, 2005, p. 102), mas a sua importância também está para pensarmos o desenvolvimento sustentável, pois ela “proporciona uma economia de recursos naturais no planeta” e, dependendo do produto, gera uma redução da matéria prima utilizada, como é o caso da fabricação de latinhas de alumínio e vidros.

Para Calderoni (1996 *apud* MAGERA, 2005, p. 103), deve-se levar em consideração que “a reciclagem do lixo apresenta relevância ambiental, econômica e social, com implicações que se desdobram em esferas como as seguintes: organização espacial; preservação; conservação; geração de empregos, geração de renda”, entre outras.

A reciclagem é conveniente para o modo de produção capitalista, pois pode ser utilizada como instrumento econômico, criando condições para que os resíduos, após selecionados e separados, voltem ao processo produtivo para se transformarem em novos produtos/mercadoria. De acordo com Magera (2005),

o capitalista aceita a reciclagem como forma de suprir a falta de matéria-prima, visto que o preço pago é bem menor que se tivesse de comprar a matéria-prima virgem e, como a aplicação do material reciclado, tem uma redução no consumo de energia e, consecutivamente, nos custos de produção (MAGERA, 2005, p. 107).

Para o/a trabalhador/a da catação, o material reciclável é, na maioria das vezes, a sua única forma de sobrevivência. Durante nossa investigação foi possível perceber, inclusive, que não há uma crítica ao consumo exacerbado por parte deles, pois reconhecem que este é o modo de seu trabalho aumentar ainda mais.

O relatório do IPEA, de 2013, divulgou como estimativa que a geração de resíduos sólidos no Brasil correspondia, na época, a cerca de 140 mil toneladas diárias. De maneira geral, os programas e/ou política de coleta seletiva, costumam separá-los em dois tipos: o lixo seco (que correspondem aos materiais com possibilidade de reciclagem, como papel, vidro, lata de plástico, etc.) e o lixo úmido (parte orgânica dos resíduos, como sobras de alimentos, restos de podas, etc.). É importante salientar que este segundo tipo, o lixo úmido, pode passar por uma espécie de “reciclagem” também, ao ser utilizado para compostagem.

De acordo com dados oficiais do IBGE (2010 *apud* MAGERA, 2012), em torno de 10% dos resíduos domésticos gerados são reciclados no Brasil. Ou seja, bilhões de reais são descartados no lixo todos os anos. Há, portanto, um potencial não aproveitado para a

geração de renda em nosso país. Pode-se inferir que isto ocorra devido à ausência de uma política pública estruturada.

Em seu relatório de 2013, o IPEA também apresenta dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) que confirmam esta perda de potencial, uma vez que “apenas 13% do total de resíduos urbanos gerados no Brasil são encaminhados para a reciclagem” (IPEA, 2013, p. 11). É importante, contudo, ressaltar que, “apesar desse baixo percentual de reaproveitamento, o Brasil possui certo destaque na indústria de reciclagem. Entre os produtos com índices relativos de reaproveitamento mais elevados do país estão o alumínio e o papelão, 77% e 94%, respectivamente” (IPEA, 2013, p. 11).

Para o fortalecimento da reciclagem no Brasil é preciso colocar como prioridade a implementação de políticas de coleta seletiva nos municípios brasileiros, cumprindo o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os programas de coleta seletiva existentes estão, ainda, muito aquém do necessário - existem em número reduzido e ocorrem de forma incompleta ou ineficaz.

Apesar de não termos informações atualizadas, as estimativas do IPEA, em 2010, era de que apenas 2,4% de todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil fossem realizados por meio de coleta seletiva. Todo o restante era realizado através da coleta regular, o que fazia com que os recicláveis se misturassem com os orgânicos, dificultando e, muitas vezes, até mesmo impedindo a sua reutilização (IPEA, 2013).

A gestão dos resíduos sólidos, através de uma política de coleta seletiva, deve envolver as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo doméstico e também do lixo gerado por empresas e indústria. Os programas e/ou políticas de coleta seletiva são de suma importância por possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais, por serem instrumento para geração de renda e também por contribuírem para a redução dos impactos ambientais ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos (IPEA, 2013).

É fato que os programas e/ou políticas de coleta seletiva exigem um complexo planejamento e investimento financeiro para que possam ser viáveis de maneira sustentável e sem prejuízos, evitando descontinuidades e, até mesmo, interrupção. Para isto, é necessário que haja investimento político (IPEA, 2013).

De acordo com o relatório do IPEA,

para obterem êxito, os programas de coleta seletiva dependem em grande medida da separação prévia dos resíduos na fonte geradora, evitando a presença de contaminantes nos materiais recicláveis, o que diminui os níveis de rejeitos no material coletado seletivamente, aumentando, assim, o valor

dos materiais recuperados e reduzindo os custos desta modalidade da coleta (2011, *apud* IPEA, 2013, p. 15),

Somam-se a isso a necessidade de difusão de informações sobre o processo de coleta seletiva e a conscientização de sua importância através de ações de educação ambiental para a população.

Qual seria a dificuldade da coleta seletiva e da reciclagem como instrumentos para amenizar os impactos ambientais gerados pelo consumo e, conseqüentemente, geração de resíduos sólidos? Magera (2012, p. 152) também faz este questionamento e afirma que “a resposta está no modelo econômico e político adotado pelos governos”. A questão é que, no modelo vigente, “cada tonelada reciclada será um aterro a menos e que, portanto, a empresa privada que faz o trabalho da coleta convencional não vai receber”.

Apesar de ainda muito incipiente, o modelo de gestão que costuma ser aplicado no Brasil tem envolvido cada vez mais as cooperativas ou associações de catadores.

Portanto, será importante compreendermos quais são os vários agentes envolvidos nesta cadeia produtiva e como estão inseridos nela. A discussão sobre as formas de envolvimento dos/as catadores/as organizados será feita no último capítulo deste trabalho, quando será tratada a Economia Solidária e, conseqüentemente, o associativismo e cooperativismo, à luz de categorias desenvolvidas por Karl Marx.

A estrutura e o funcionamento do mercado de reciclagem, comumente, possui três componentes: o/a catador/a autônomo, que participa ou não de associações ou cooperativas; os sucateiros ou chamados “atravessadores”; e as indústrias. Os primeiros realizam a etapa inicial do processo recolhendo e separando o material. Os segundos agentes, os sucateiros ou “atravessadores”, são aqueles que compram o material reciclado pelos catadores e vendem às indústrias, que, no caso, é o terceiro componente e que transformará estes resíduos sólidos em matéria-prima novamente.

Durante nossa investigação foi possível perceber que quando as associações e/ou cooperativas estão bem estruturadas, essa figura do sucateiro ou “atravessador” perde espaço, pois os/as catadores/as conseguem fazer a negociação dos materiais recicláveis diretamente com as indústrias, gerando maiores ganhos para os mesmos.

A catação de material reciclável corresponde a uma atividade desenvolvida em elevados graus de vulnerabilidade social, sendo historicamente realizada a partir de relações informais de trabalho.

Formas de trabalho como esta são fruto de um processo de globalização neoliberal em que instaurou “a precariedade de toda uma forma de vida” (VASAPOLLO, 2005, p. 99). O que temos presenciado neste processo econômico é “um redirecionamento da importância da indústria, na ocupação de todos os países e, em particular nas grandes empresas, em favor do setor de serviços” (VASAPOLLO, 2005, p. 99- 100).

Em decorrência disso, temos também uma diminuição dos postos de trabalho efetivos e o surgimento de novas formas de trabalho. Dentre estas novas modalidades estão “várias formas de trabalho flexibilizado, precarizado, de trabalho temporário, empreitado”, sem “o apoio de qualquer amortecedor social”, ou seja, “uma garantia de renda não apenas para os desempregados, mas também para todos aqueles trabalhadores precarizados que sofrem frequentes e longos períodos de interrupção da prestação de serviços”. Nesta fase do capitalismo, “as várias formas de trabalho intermitente ou precário já estão convertidas em típicas” (VASAPOLLO, 2005, p. 99).

De acordo com Vasapollo,

Desenvolve-se um novo ciclo do capitalismo, um novo modelo, junto com a redução do trabalho, com o desemprego estrutural, o desemprego invisível, o trabalho ilegal e mal remunerado, a precariedade e a flexibilização que cria, ao mesmo tempo, os amortecedores do conflito social, através das altas remunerações dos operários especializados e desenvolve uma aristocracia assalariada que participa e se converte em sujeito co-gestor. (...) Nesse contexto [de reestruturação produtiva], o que podemos observar é um predomínio das opções típicas do capitalismo selvagem, em que quem não se integra é expulso, esmagado por leis férreas de um mercado sempre mais seletivo (VASAPOLLO, 2005, p. 103-104).

Vasapollo, em nossa perspectiva, acerta no diagnóstico sobre a precariedade do trabalho sob as condições das políticas neoliberais, mas se equivoca quando considera que essas relações de trabalho, a que ele denomina de típicas e atípicas, não poderiam coexistir. Na verdade, compreendemos que essas relações são funcionais ao capitalismo em determinadas formações sociais. Retomaremos essa discussão no capítulo 3, quando discutiremos os conceitos de modo de produção e formação social.

No caso das associações e cooperativas de catadores, quando não há uma gestão democrática, com participação de todos os membros nas decisões que serão tomadas, e elas são capturadas por interesses escusos de um ou mais indivíduos, esses empreendimentos sociais se tornam um veículo da precarização e da informalidade (MAGERA, 2005, p.133).

Desta condição de informalidade, decorre que os/as catadores/as não possuem acesso aos direitos trabalhistas, desenvolvem suas atividades submetidos a uma série de riscos – como exposição ao calor, à umidade, aos ruídos, riscos de quedas, ao mau cheiro que exala

dos RSU, às contaminações, atropelamentos e cortes, contato com animais peçonhentos, à sobrecarga de trabalho, levantamento de peso etc. – e estão desamparados para o caso de algum acidente ou doença que lhes impossibilite de trabalhar por um determinado período (IPEA, 2013).

Soma-se às características apresentadas a “incidência de uma maior sazonalidade no desempenho das atividades” de trabalho. De acordo com o relatório produzido pelo IPEA, o desempenho destas atividades está acoplado às “variações nos preços dos materiais recicláveis”, à “oferta de resíduos e, infelizmente, com maior presença de crianças e adolescentes em férias escolares” (2011 *apud* IPEA, 2013, p.6).

Em meio à precarização das condições de trabalho, os/as catadores/as enfrentam também estigmas e preconceitos relacionados à natureza de sua atividade de trabalho. Por trabalharem com o que a sociedade denomina como “lixo”, e em razão das conotações negativas que este termo acarreta, estes/as trabalhadores/as ocupam uma situação de marginalidade social (IPEA, 2013).

Para nos debruçarmos sobre esta questão do estigma e da marginalização social a que estão expostos/as os/as catadores/as, faremos uso de parte da obra organizada por Jessé de Souza (2009), “A ralé brasileira”.

Em seu Capítulo 11, intitulado “O trabalho que (in)dignifica o homem”, nos é apresentada uma reflexão sobre o que o trabalho significa para uma parcela expressiva de brasileiros e brasileiras que possuem ocupações precárias. No livro, os autores as denominam como “trabalho desqualificado”.

Nesta reflexão, o primeiro apontamento feito é sobre o sucesso e o fracasso nessa dimensão – que em nossa análise ocupa centralidade – da vida social, que normalmente é visto como algo que depende da capacidade e do desempenho individual. A sociedade do mérito não possibilita que uma parcela da população, no caso aquela que Maciel e Grillo (2009) denominam como ralé, se enquadre “no perfil privilegiado pela lógica da competitividade” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 246).

Para estes, a “sua realidade de classe oferece apenas duas opções: o caminho ‘torto’ do crime e da violência (...) ou a fuga constante [traduzida num esforço deliberado e sistemático de se realizar tais ocupações] desse caminho pela trilha do trabalho desqualificado” (MACIEL & GRILLO, 2009, p. 246). Neste sentido, os/as trabalhadores/as desqualificados/das “ocupam o último lugar na fila do que é considerado digno em nossa sociedade do trabalho”, depois desta barreira está a desonestidade e delinquência, aquilo que não é considerado digno (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 246).

Nos moldes desta sociedade, de acordo com a análise empreendida em Souza (2011), um emprego, mesmo dos mais desqualificados, exerce um peso, um valor na vida do/a trabalhador/a, imprimindo um signo moral de condição de não delinquência. A dignidade, neste caso, se reduz a esquivar da delinquência. O que seria uma vitória moral para este cidadão, “por não se render ao caminho mais provável oferecido por seu destino de classes” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 246)

No caso dos/as trabalhadores/as da coleta seletiva a catação de material reciclável pode ser compreendida como um limite de fuga da miséria total e também da delinquência.

Outra questão importante nas relações de “trabalho desqualificado” é a renúncia à condição de visibilidade social que estas ocupações impõem. Ao perceber “que sua condição não oferece nenhuma possibilidade para almejar aparecer” (...) só resta querer se esconder”, pois nestas condições “não se pode competir com reais chances de vitória” (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 257).

O psicólogo Fernando Braga da Costa (2008) desenvolveu, ao longo de dez anos, uma pesquisa para sua dissertação de mestrado e tese de doutorado e que foi, também, condensada no livro “Homens invisíveis”. A investigação feita pelo pesquisador se relaciona com a questão da invisibilidade social ao analisar uma forma de trabalho não-qualificado/ “desqualificado”, subalterno e alvo de humilhações sociais: o trabalho realizado por garis.

Algumas atividades de trabalho – como as realizadas por trabalhadores/as do serviço doméstico, garis, catadores/as, entre outros – trazem consigo uma marca a qual o autor atribui o nome de “invisibilidade pública”. Esta marca seria, de acordo com Costa (2008, p. 15), “a expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem um caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação”. Ela, a invisibilidade pública, resulta de um processo histórico em que ocorre uma espécie de desaparecimento psicossocial de um indivíduo em meio a tantos outros. Essa forma de violência simbólica e material “tem a força de ressecar expressões corporais e simbólicas” de cidadãos em função da sua condição de classe.

De acordo com Maciel e Grillo (2009), essa invisibilidade traz algo de peculiar, ela não se trata de uma indiferença, de não ser percebido. Mas se constitui, na verdade, como um tipo de aversão e repulsão. E para estes/as trabalhadores/as o fato de ser notado é algo que, quase sempre, não é bom. Pois essas situações são, na maioria das vezes, negativas, fonte de humilhação. Eles/as estão apagados/as e parecem não se sentir no direito de serem percebidos.

Com os/as trabalhadores/as da catação de materiais recicláveis isso é ainda mais forte,

pois como não estranhar um ‘farrapo humano’ remexendo no lixo, em um local que ele nunca frequentaria a não ser para isso (ou para pedir esmola), sujando a paisagem de quem de outra forma não tem que conviver diariamente com a miséria, com a sua feiura, se não fosse esse mecanismo peculiar da ‘invisibilidade moral’? (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 266).

Os/as catadores/as de material reciclável vivem na carne esta condição de invisibilidade social, seja por parte do poder público ou da sociedade em geral. Por mais importância que esta atividade tenha para a vida em sociedade – “a transformação desses materiais em novas mercadorias e sua reinserção no ciclo produtivo geram ‘benefícios positivos para a natureza e para a sociedade, já que promovem a economia de recursos naturais e de espaços para o armazenamento de resíduos’” (MAGALHÃES, 2012 *apud* IPEA, 2013, p.5) –, não há reconhecimento e a valorização necessária.

Maciel e Grillo (2009, p. 269) interpelam: “por que um trabalho honesto pode ocasionar vergonha e humilhação a quem o pratica?” Ainda mais ao pensarmos na importância que este trabalho tem em termos econômicos e ambientais?

A situação dos/as catadores/as, como coloca Maciel e Grillo (2009, p. 270), “é particularmente ambígua”. Esta ambiguidade está no fato de que, “sua forma de trabalho não garante que não sejam vistos como não delinquentes, visto que delinquentes – vagabundos, bêbados da ralé que perturbam a paz pública – podem exercer essa atividade”, mesmo que não seja com a mesma eficiência e produtividade.

Os critérios morais da exclusão, segundo Maciel e Grillo (2009, p. 270), é o que nos leva “naturalmente” a “projetar sobre todos o estigma” e nos impede de distinguir o/a bêbado/a “que junta um pouco de lixo para comprar mais cachaça e o trabalhador regrado, que dá duro todo dia para sustentar a família”.

Como resultado disso, os/as catadores/as acabam sendo ainda mais isolados “em espaços de concentração de pobreza e com pouco ou nenhum acesso a serviços públicos de qualidade”, além disso sofrem, também, diferentes formas de preconceito e exclusão no mercado de consumo e nas diferentes relações sociais estabelecidas (IPEA, 2013, p. 8).

Nesta linha, pode-se fazer uso da análise feita por Medeiros e Macedo (2006) acerca da expressão dialética exclusão/inclusão para compreendermos a realidade dessa parcela de trabalhadores/as que vivem da catação de materiais recicláveis. Os autores recorrem ao conceito exclusão/inclusão em busca de superar uma visão dualista de incluídos *versus* excluídos presente em muitas análises.

No que se refere às relações de trabalho, é predominante a concepção de inclusão social associada a ideia de emprego. Portanto, estar incluído/integrado significa, em nossa

sociedade, não estar desempregado. Nestas condições, Medeiros e Macedo (2006) questionam como ficam aqueles que trabalham sem, apesar disso, estarem empregados – como ocorre com muitos dos trabalhadores que vivem da catação dos materiais recicláveis, mas não possuem vínculo empregatício.

Para Medeiros e Macedo (2006), ter o desemprego como único ponto de partida para essa compreensão pode levar

ao ofuscamento de artimanhas da exclusão social. Isso porque, por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. Sendo assim pode-se concluir que não há exclusão antes de uma inclusão (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 65).

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), ao analisar as relações de trabalho dos/as catadores/as de material reciclável é possível uma leitura que se insere na percepção dialética da inclusão/exclusão. Estes/as trabalhadores/as, excluídos do mercado de trabalho, encontram nesta atividade a possibilidade de garantir a sua sobrevivência e inclusão. Apesar de ser incluído socialmente pelo trabalho, este será excluído pela natureza da atividade que desempenha.

Esta “exclusão por inclusão” decorre do fato de que estes/as realizam uma atividade de trabalho desprovidos/das de qualquer garantia trabalhista, em atividades autônomas ou terceirizadas, sem a remuneração devida e também sem a valorização da atividade desempenhada.

Pode ser explorado, ainda nesta análise, “o papel do conhecimento escolar na reprodução de uma hierarquia”. Pois seja, “as ocupações relacionadas ao conhecimento escolar formal são valorizadas em detrimento daquelas restritas ao corpo”. Maciel e Grillo (2009) faz uma “conexão entre respeito, condição e dignidade”. Esta conexão

é a prova de que uma posição privilegiada na hierarquia moral do trabalho é um critério para que as pessoas sejam respeitadas, o que significa serem consideradas naturalmente pelos outros como úteis e de valor. Esse respeito é indispensável para o bem-estar pessoal, além de assegurar na prática os direitos e o respeito formal da cidadania (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 257).

A separação entre trabalho manual e intelectual em nossa sociedade é uma ferramenta da ideologia do mérito. Podemos problematizá-la em dois aspectos: primeiramente pela falácia da mobilidade social, uma vez que para a meritocracia o estrato social está relacionado ao desempenho pessoal, mas sem considerar que os lugares de partida dos indivíduos são diferentes. Outro aspecto a se considerar é que esta separação serviu durante muito tempo – e ainda serve – para hierarquizar as relações sociais. O trabalho manual, braçal, ainda hoje é visto como atividade a ser realizada pelos “menos instruídos” e,

consequentemente, tratada como atividade de menor importância. Por outro lado, há muitos que pensam que o trabalho intelectual não consiste em trabalho, por não se traduzir sempre em uma materialidade, ou seja, por nem sempre ter um produto palpável.

Partindo de uma perspectiva marxista, podemos fazer uso da categoria de “dimensão teleológica do trabalho” para compreender que esta separação não é possível, pois toda atividade de trabalho é idealizada mentalmente. Para Marx (2013, p.225), “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”. Esta separação, portanto, teria apenas um caráter ideológico.

Neste contexto, é importante demonstrar que o trabalho realizado pelos/as catadores/as de material reciclável tem uma dimensão de planejamento e gestão. E isto fica claro em duas situações, a gestão está presente quando eles se organizam em cooperativas e na própria escolha do material a ser coletado. Na catação, os/as trabalhadores/as levam em consideração os recicláveis pelo seu valor de mercado e disponibilidade. Por exemplo, o isopor é um material que, mesmo em abundância, não é priorizado pelos/as catadores/as devido a seu baixo valor e por ser de grande volume e assim de difícil acondicionamento.

A posição que ocupam estes/estas trabalhadores/as advém “das suas carências em termos de formação profissional, bem como por serem pobres e relegados para espaços geográficos suburbanos e marginalizados” (IPEA, 2013, p. 7). É preciso acrescentar, ainda, outros elementos do perfil dos/as trabalhadores/as que desempenham tal função. De acordo com o relatório produzido pelo IPEA (2013),

De maneira geral, trata-se de pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, dadas as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho (IPEA, 2013, p. 5-6).

Magera (2012) nos alerta para como é injusto culpar as pessoas que estavam desempregadas e passam a trabalhar com reciclagem de resíduos sólidos. Para Magera (2012, p. 153), “não devem elas ser responsabilizadas individualmente por uma questão que se encontra no cerne do modelo adotado”. Para o capitalismo vigente, a responsabilidade por criar postos de trabalho, que antes era coletiva e cabia ao governo e empresários, foi transferida para o indivíduo e sem se considerar obstáculos sociais, econômicos, históricos e culturais por ele encontrados.

2 A COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM UBERLÂNDIA

Neste capítulo 2 serão feitas uma análise e avaliação da política de coleta seletiva no município de Uberlândia, através da metodologia observação-participante. Para tanto, será feita uma breve exposição sobre o Sistema de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos do município, como o Programa de Coleta Seletiva se insere neste processo, bem como a organização dos/as trabalhadores/as na catação de material reciclável no município.

Serão utilizadas, também, informações disponibilizadas pelo Banco de Dados e Informações (BDI) da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e de bibliografia existente sobre a temática, dialogando com as mesmas no intuito de apresentar o quadro geral da política de coleta seletiva neste município.

O desenvolvimento desta descrição e análise foi possibilitado a partir da atuação que tive como gestor da coleta seletiva na cidade entre os anos de 2013-2016. Minha participação na gestão da coleta seletiva se iniciou em 2013 com a posse do novo prefeito eleito em 2012, Gilmar Machado (PT). Isso se deu por conta da aliança em que o PCdoB de Uberlândia, do qual sou militante, fez uma coligação (PT, PMDB, PDT, PSB, PRB, PCdoB, PSL, PPS, PRTB, PSDC e PV) encabeçada pelo PT à eleição majoritária.

O PCdoB de Uberlândia indicou meu nome para compor o quadro da prefeitura como servidor comissionado e a indicação num primeiro momento era para atuar na construção de políticas públicas para a juventude.

Em março de 2013 fui indicado para trabalhar na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, ocupando o cargo de Coordenador do Núcleo de Roçagem, mas a tarefa que foi me foi designada pelo então assessor do Secretário de Serviços Urbanos era de auxiliar na relação com os/as catadores/as de material reciclável junto a outro assessor, devido a problemas que aqueles tinham com a servidora de carreira que fazia a gestão da coleta seletiva desde sua implementação em 2011.

No sentido de colocar as experiências que tive e fazendo uma avaliação das dificuldades da implementação de uma política pública acerca da coleta seletiva, a primeira que posso apontar é o tratamento pouco republicano e privatista com que é tratada essa importante política pública.

Para entendermos melhor, não havia um acordo prévio da quantidade de material reciclável que cada associação/cooperativa deveria receber. Diante deste cenário, os/as

catadores/as apresentavam várias queixas sobre a gestão, inclusive sobre o direcionamento privilegiado dos materiais recicláveis para uma associação/cooperativa, em detrimento das demais.

A partir de 2013, estabelecemos a entrega de material reciclável para as associações/cooperativas de acordo com o número de catadores/as e sua capacidade produtiva. Determinados bairros³ e coletas propiciavam materiais recicláveis em melhores condições. A distribuição destes recicláveis passou a ser feita de forma equitativa. Para isto, estabelecemos uma programação, possibilitando, de certa forma, às associações/cooperativas um controle sobre a quantidade e tipo de material que iriam receber.

Cabe destacar também que, até minha entrada, não havia uma equipe – nem mesmo no organograma da Secretária de Serviços Urbanos⁴ – responsável pela gestão, acompanhamento e avaliação das ações do poder público municipal referentes à coleta seletiva. Todo o trabalho era de responsabilidade de uma única servidora.

A pedido dos/as catadores/as a gestão municipal (2013-2016) substituiu a servidora e, em seu lugar, instituiu uma equipe composta por três servidores, sendo um comissionado e duas de carreira e, também, três estagiários contratados pela empreiteira que faz a coleta dos RSU em Uberlândia.

As responsabilidades eram as seguintes: uma servidora de carreira cuidava das tarefas administrativas. Eu, como servidor comissionado, em conjunto com outra servidora de carreira, éramos responsáveis pelo planejamento, contratação de novos caminhões, criação de novas das rotas, organização do trabalho de educação ambiental, respostas às reclamações dos munícipes quanto ao serviço, demanda e atendimento das demandas dos/as catadores/as, entre outras. Os estagiários, por sua vez, faziam a mobilização e conscientização de porta a porta nos bairros onde iniciar-se-ia a coleta e, também, em bairros em que era necessário o reforço quando percebíamos a justificativa para tanto.

É importante frisar, ainda, que o cargo de coordenador/a da coleta seletiva estava no organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas a dotação orçamentária e, por conseguinte, a gestão da coleta seletiva era realizada pela Secretaria de Serviços Urbanos.

³ Para termos uma ideia, a coleta seletiva realizada no bairro Santa Mônica, localizado na região leste do município, proporcionava recicláveis em melhor estado. Os mesmos vinham mais bem separados, mais limpos e continham recicláveis considerados “nobres” pelos/as catadores/as (como alumínio, garrafas PET, entre outros).

⁴ Em 2017, na Gestão Odelmo Leão, houve uma reforma administrativa que passou para o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) a responsabilidade de gerir os resíduos sólidos, inclusive e Coleta Seletiva. E ainda houve a fusão da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico.

Esse era um dos entraves que afetavam o dia a dia da gestão da coleta seletiva, a Secretaria de Meio Ambiente era a responsável pelo convênio com as associações/cooperativas de catadores/as, inclusive tinha a posse dos dois galpões em que foram construídas.

Em compensação, toda a gestão e operacionalização, como dito anteriormente, ficava a cargo da Secretaria de Serviços Urbanos. Isso gerava dificuldade por parte dos/as catadores/as porque não sabiam a quem recorrer em determinados momentos e a coleta seletiva acabava por ter rumos distintos de acordo com cada secretaria.

Acredito que é de suma importância dizer que eu nunca tinha trabalhado ou até mesmo estudado sobre o tema. O que eu tinha, e hoje é ainda mais forte, é uma sensibilidade pelas pautas dos/as catadores/as.

Num primeiro momento fiquei bastante preocupado porque considerei que era muita responsabilidade assumir tal função em uma cidade do porte de Uberlândia. Mas o que me manteve e o que o me fez estudar e atuar cada vez mais para que pudéssemos ter uma coleta seletiva baseada nos princípios da economia solidária era a capacidade que isso tinha de impactar positivamente na vida de trabalhadores/as tão sofridos e que apenas buscam um trabalho digno e perspectivas para os seus familiares.

Mesmo sabendo, hoje, dos limites que tal política pública possui, ainda sim, parte do meu esforço militante, e também acadêmico, vai na direção de que os/as catadores/as de material reciclável sejam reconhecidos/as como sujeitos sociais, que consigam transformar esse importante trabalho, não só em renda e dignidade, mas também em potencial de mobilização para que se discuta, não só as contradições da sociedade capitalista e também a necessidade de termos um tipo de organização social mais avançado.

E mais, eu e os demais integrantes da equipe não tínhamos o poder de decisão sobre o orçamento ou questões estruturais relacionados à coleta seletiva. Essas decisões ficavam a cargo do prefeito, do secretário e assessores diretos.

Todas essas questões nos apontam para problemas que não foram solucionados e, em nossa análise, ainda são entraves para não haver uma política pública eficiente de coleta seletiva na cidade. A falta de pessoal capacitado, funcionários de carreira com capacidade de técnica e política deliberada de gerir a coleta seletiva sem consonância com os/as catadores/as, é um dos elementos para o fracasso.

Outro ponto que também é muito importante, e que deve ser levado em conta no caso da experiência de Uberlândia, é sobre a forma como a coleta seletiva da cidade é organizada, bem como o seu financiamento. **A escolha feita pelo governo de Odelmo Leão,**

em 2011, e continuada pelo governo de Gilmar Machado, no mandato seguinte, foi não somente de terceirizar o serviço, mas atribuí-lo a mesma empreiteira responsável pela coleta convencional e pela operação do aterro sanitário. Esta decisão nos leva a entender que, nestes moldes, a coleta seletiva jamais será uma prioridade.

Explico-me: a empreiteira recebe para manter 11 caminhões (também terceirizados) e 22 coletores para fazer a coleta seletiva, mas a operação do aterro é feita pela mesma que é remunerada de acordo com o volume aterrado de Resíduos Sólidos Urbanos.

O modelo de terceirização de Uberlândia tem uma característica particular que leva a dificultar ainda mais a eficiência da coleta seletiva. A empreiteira, que já tinha sido terceirizada, contratou uma cooperativa de transporte para que a mesma colocasse motoristas com caminhões baú para fazer a coleta e, assim, entregar os materiais recicláveis para as associações/cooperativas.

Essa opção feita pela empreiteira e aceita pelo poder público municipal traz mais dificuldades ao processo e, a nosso ver, é muito pouco eficiente. O contrato que é estabelecido com os motoristas da cooperativa de transporte indica que o pagamento é por jornada de trabalho de oito horas/dia, mas como o trabalho deles era dividido em rotas específicas, não se cumpria o horário e, sim, a rota. Logo, todo o trabalho é feito na parte da manhã, ficando ociosas as horas restantes que poderiam incrementar o volume de material reciclável que chega até os galpões. Obvio que aqui não se trata de uma má-fé dos motoristas contratados, o problema está na concepção de política pública que a PMU estabeleceu na cidade.

Nesse sentido, as críticas feitas pelos/as catadores/as e das quais compartilhamos são pertinentes. A gestão paga por um serviço que não é feito na sua totalidade e, o mais importante, como os motoristas não vivem do que coletam e, sim, de salário por uma jornada, para eles não tem diferença se o caminhão vai cheio ou não de material reciclável. Reconhecemos que a remuneração pelo que se coleta se insere, até certo ponto, numa lógica do que Marx denominou de “salário por peça”. Entretanto, estamos, no caso em questão, diante da remuneração a um serviço contratado e que, pelo formato com que se desenvolve, expressa um mau uso do recurso público.

Outro fato importante que está intimamente ligado ao que foi dito acima é sobre os coletores: geralmente dois, vão junto com o motorista e fazem a coleta porta a porta. Esses trabalhadores são contratados pela empreiteira e não possuem nenhum vínculo orgânico com a coleta seletiva. O trabalho é coletar o que está na porta dos munícipes e colocar no caminhão. A propostas dos/as catadores/as, que tanto os motoristas como coletores fossem associados/cooperativados nos empreendimentos dos/as catadores/as. Desse, modo a coleta

seletiva seria toda ela estruturada em volta das associações/cooperativas e, assim, os interesses dos/as catadores/as estariam melhor assegurados.

Isso se configura como um flagrante caso de conflito de interesses, pois é óbvio que uma política pública eficiente da coleta seletiva reduz o volume de RSU aterrados e, conseqüentemente, a perda de valores a ser recebido pela empreiteira.

Aqui se faz necessário citar o pesquisador Magera que corrobora com a opinião acima:

Uma das questões políticas e econômicas que o leitor precisa entender é que cada tonelada reciclada será uma a menos no aterro, e que, portanto, a empresa privada que faz o trabalho da coleta dos RSU não vai receber. E você sabe quem é um dos grandes provedores das campanhas eleitorais dos prefeitos, governadores e presidentes? Sim, o capital continua a criar o mecanismo de perpetuação da espécie. (MAGERA,2012, p. 152)

Em vários momentos os/as catadores/as alertaram a gestão municipal sobre esse problema, inclusive denunciando abusos por parte da empreiteira na gestão dos RSU e, de certa forma, por sabotar a coleta seletiva na cidade.

Continuando com avaliação sobre os empecilhos que observamos na gestão da coleta seletiva, destaco o baixo conhecimento que o poder público municipal tem sobre quem vive da catação de material reciclável na cidade. Apesar de contar com significativos recursos e importantes equipamentos sociais (Centro de Referência de Assistência Social, Cadastro único, entre outros) ligados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, que poderiam ajudar na construção de uma base de dados sobre esse segmento, percebemos que as Secretarias Municipais tinham pouca interação entre si, tornando-se, cada uma delas, pequenas prefeituras com políticas próprias e autônomas.

A literatura existente sobre implementação de políticas públicas e de coleta seletiva são unânimes na defesa de que um bom diagnóstico social e econômico são fundamentais para se ter sucesso naquilo que se pretende construir. Assim, era necessário ter um mapeamento dos/as catadores/as, as associações e cooperativas de catadores/as, os sucateiros/atravessadores e o potencial econômico existente na cidade para reciclagem.

Desse modo, é praticamente impossível saber quantos/as e que são os/as catadores/as autônomos de Uberlândia e assim estabelecer qualquer política que vise a incluir esses sujeitos sociais na política pública de coleta seletiva da cidade.

As gestões municipais, desde a implementação da coleta seletiva, deram pouca atenção e, conseqüentemente, poucos investimentos, às organizações de catadores/as que estavam conveniadas a receberem o material reciclável coletado.

Das seis organizações, apenas duas (ARCA e CORU) estavam em galpões construídos com a finalidade de receber o material e fazer a triagem. Esses galpões foram construídos com recursos do Ministério das Cidades e entregues em 2012.

Os relatos dos catadores/as que receberam os galpões são de que os mesmos não vieram com equipamentos importantes, como esteiras e elevador, o que acabava por subutilizar o espaço. As demais organizações dos/as catadores/as, duas (ASSOTAIAM e ARBE) estavam em local impróprio (áreas de preservação permanente), uma dentro do aterro sanitário (ACOPPMAR) e a última (ACRU) ocupou um barracão abandonado que pertenceu a uma escola de samba da cidade.

Desse modo, as organizações dos/as catadores/as trabalham em condições muito precárias e a remuneração que obtém com a venda do material reciclável não possibilita a eles a capacidade de fazer os investimentos necessários em estrutura e planejamento. Sem o investimento do poder público, em todas as esferas, de parcerias com a sociedade civil, que os ajudem com capacitação técnica, formação profissional e repasse de materiais recicláveis, as organizações de catadores/as tendem a perecer.

As experiências de sucesso que existem são devido a um grande esforço conjunto da sociedade civil que tem em comum a ideia de que não se pode ter uma coleta seletiva sem a presença dos/as catadores/as de material reciclável.

Outro aspecto importante que observei é o preconceito de classe que existe em relação aos/as catadores/as. Nos discursos de muitos servidores públicos municipais, sejam eles de carreira ou comissionados, é presente a desconfiança e uma subestimação da capacidade dos/as catadores/as. As falas vão no sentido de que os/as catadores/as “pedem mais do que deviam”, que “a prefeitura faz muito por eles” ou “além da obrigação” e que se os empreendimentos dos/as catadores/as não avançam é por que “são acomodados demais”.

Aqui não há como não fazermos referência aos estudos do sociólogo Jessé de Souza, nos quais ele aponta o preconceito de classe arraigado à classe média e à elite brasileira quanto aos pobres e daqueles que vivem do trabalho manual (SOUZA, 2009).

Por fim, a minha experiência na gestão da coleta seletiva me proporcionou a possibilidade de fazer uma reflexão através deste trabalho acadêmico, mas também de contribuir para a elaboração de uma coleta seletiva que inclua de fato esses batalhadores e batalhadoras incansáveis que são os/as catadores/as de material de reciclável.

2.1 O Sistema de coleta dos resíduos sólidos urbanos em Uberlândia

Uberlândia, segunda maior cidade do interior do país, com 669.672 habitantes, está localizada na região do triângulo mineiro. É um importante polo de transporte logístico do Brasil central, com sua economia baseada na agricultura, indústria e serviços que corresponde a 50,7% do Produto Interno Bruto (PIB), quanto a indústria corresponde a 24%, a agricultura fica com 2,7% e os impostos com 23% restantes do PIB (IBGE, 2016)

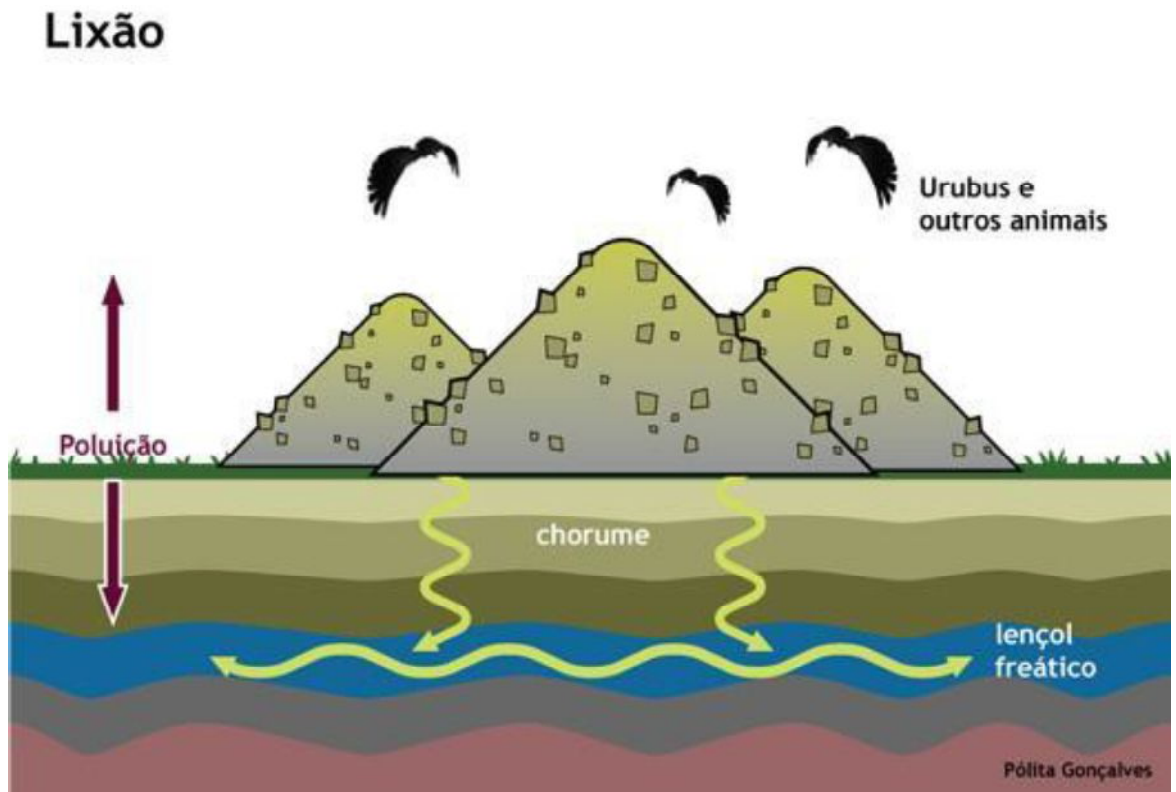
Em Uberlândia, de acordo com o Banco de Dados e Informações (BDI) da Prefeitura Municipal (PMU), são coletados por dia em média 460 toneladas de resíduos sólidos urbanos, entre orgânicos e inorgânicos (PMU, 2016).

Os resíduos sólidos coletados têm como destinação o aterro sanitário da cidade. Importante ressaltar que desde 1995 a cidade passa a contar com uma área própria para destinação dos resíduos sólidos – aterro sanitário – tendo, assim, eliminado o que a literatura sobre o tema convencionou de chamar de “Lixão”.

De acordo com a bibliografia existente sobre o tema, existem várias formas ou práticas de ser fazer a destinação desse material sendo que a correta é o chamado aterro sanitário. Mas ainda são poucas as cidades no Brasil que contam com esse tipo de equipamento. As formas mais comuns ainda são os lixões e os aterros controlados: estima-se que de 58,4% dos RSU tiveram a destinação correta enquanto 41,6% foram destinado incorretamente em aterros controlados ou mesmo lixões. (ABRELPE, 2014)

A figura abaixo ilustra o tipo de destinação incorreta dos resíduos sólidos na forma de lixão. Os lixões ainda são o tipo de descarte mais comum no Brasil. Aqui os resíduos são lançados a céu aberto, sem nenhum tipo de controle técnico quanto aos impactos ambientais e de saúde que podem afetar os habitantes da área onde se localiza tal lixão. Importante ressaltar que é muito comum a ação de catadores/as não organizados nos lixões de onde tiram não somente os recicláveis, mas também sua própria alimentação (FEAM, 2011).

Figura 01 - Modelo de lixão



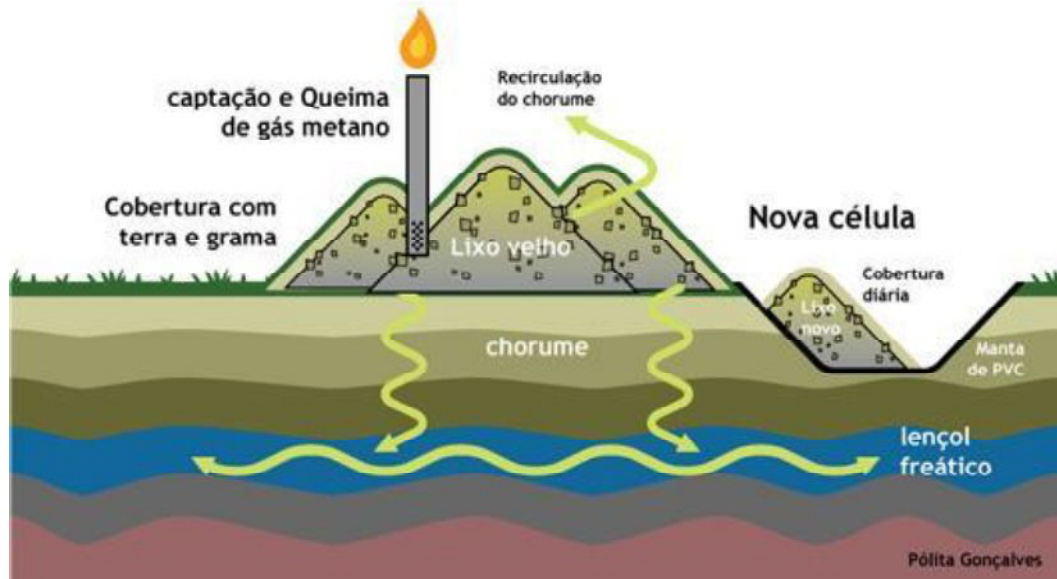
Fonte: Lixo.com.br, 2012⁵.

Abaixo temos outra figura que demonstra o funcionamento de um aterro controlado, que é uma solução intermediária entre o lixão e o aterro sanitário. Nesse tipo de destinação podemos observar que há uma melhora nas técnicas de acondicionamentos dos resíduos, por exemplo, a existência de um local próprio para o aterramento e animais e pessoas já não tem mais acesso aos resíduos. Mas ainda não existe controle do chorume (é um resíduo, líquido, gerado a partir da decomposição da matéria orgânica) através de manta impermeabilizadora, e ele ainda é lançado no lençol freático, gerando uma grande contaminação (FEAM, 2011).

⁵ Disponível em: <https://goo.gl/vTrU4h>.

Figura 02 - Modelo de aterro controlado

Aterro Controlado



Fonte: Lixo.com.br, 2012⁶.

Por fim, temos na figura abaixo o modelo de um aterro sanitário, que é considerado pela bibliografia como a destinação correta dos resíduos sólidos. A ABNT define aterro sanitário como:

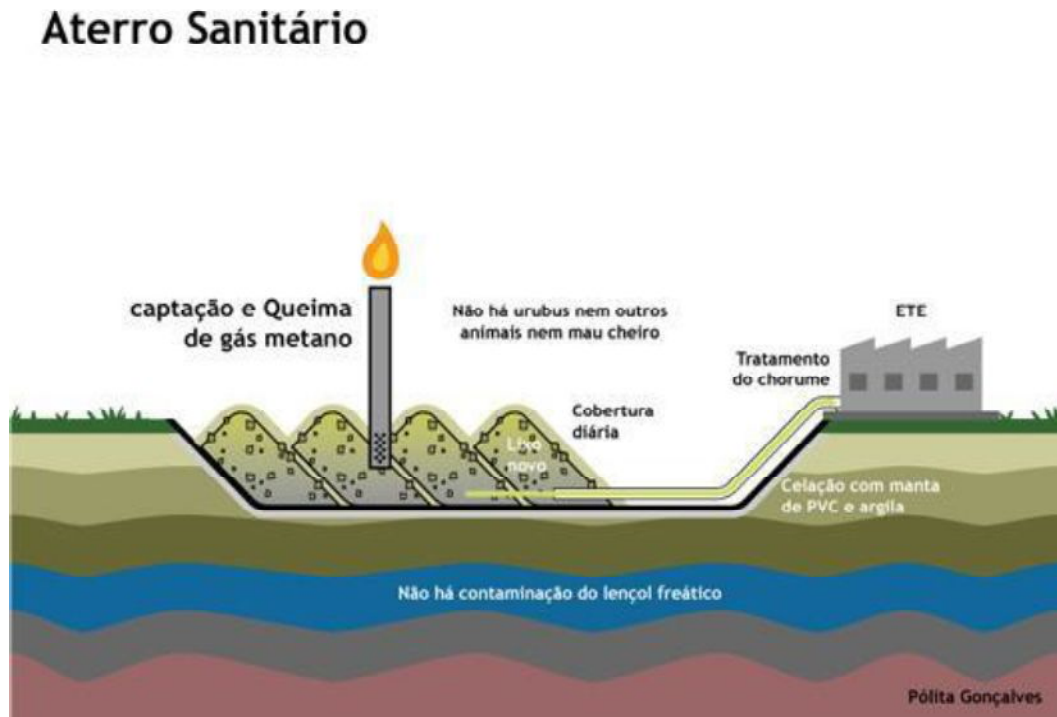
disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos na menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada trabalho, ou intervalos menores, se necessário (NBR, 8419/1992).

O aterro sanitário, como podemos observar, possui tecnologias, como a manta impermeabilizadora, captação de chorume e estação para tratamento do chorume, que torna esse equipamento a melhor opção para destinação dos resíduos devido ao seu baixo impacto ambiental, baixo custo de manutenção. Por outro lado, o aterro sanitário encontra dificuldades de implantação porque deve estar localizado em áreas próximas dos centros urbanos; tem que ter material (é usual se fazer com resíduos de construção civil – RCC) para se fazer o

⁶Disponível em: <https://goo.gl/bqJ5fK>.

aterramento dos RSU e equipe técnica capacitada para operar esse equipamento (LIMA, 2004).

Figura 02 - Modelo de aterro sanitário



Fonte: Lixo.com.br, 2012. ⁷

No ano de 1995, foi aberto, e assim teve início, a operação do primeiro aterro sanitário de Uberlândia. A previsão de vida útil dele era de vinte anos, mas em 2010 ele foi encerrado – ou seja, teve uma vida útil de quinze anos – e ao lado foi aberta uma nova operação que também tem uma expectativa de uso de vinte anos.

Um dos fatores que levaram a primeira área a encerrar suas atividades cinco anos mais cedo, além do próprio desenvolvimento da cidade, foi a falta de política de coleta seletiva eficiente na cidade. Abaixo podemos ver uma foto da área do aterro sanitário de Uberlândia, localizado no Bairro Industrial.

⁷Disponível em: <https://goo.gl/uLt4kx>.

Aterro Sanitário de Uberlândia



Fonte: PMU, 2016

O aterro de Uberlândia é considerado modelo para região, possuindo tecnologias de ponta que fazem dele muito seguro quanto ao tratamento do chorume. Em 2007, de acordo como site da empresa que administra o aterro sanitário de Uberlândia, o mesmo foi premiado pela Fundação de Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM-MG) como o melhor do estado de Minas Gerais (LIMPEBRAS).

Como podemos ver na imagem anterior, o atual aterro tem o dobro da capacidade do que foi encerrado em 2010, mas, mesmo assim, a previsão de uso se mantém a mesma. Em nossa opinião, isso acontece por que não há um planejamento e execução de ações em conjunto da coleta do RSU e dos recicláveis.

Ao mesmo tempo em que se abriu o aterro sanitário, em 1995, foi criada no mesmo local uma pequena usina de triagem dos RSU que chegavam, que logo foi desativada devido às dificuldades operacionais.

Esta foi a primeira experiência de política voltada para a coleta seletiva na cidade, mesmo que sem a participação dos catadores e catadoras e, tendo como protagonista a empreiteira que passou a fazer a coleta dos resíduos e manutenção do aterro sanitário.

2.2 O Programa de Coleta Seletiva em Uberlândia

Na cidade de Uberlândia, MG, há também um sistema de coleta seletiva implantado em 2011, fruto da demanda da população, dos catadores/as que estavam interessados na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em

2010, que preconiza a participação dos mesmos com a possibilidade da contratação das associações/cooperativas pelo do poder público para a realização do serviço.

Como pudemos ver no Capítulo 1, existem três formas de se realizar o trabalho de coleta dos materiais recicláveis, assim, Uberlândia adotou como seu sistema a coleta a porta. Em determinados dias da semana, o caminhão plotado com a logomarca da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e da empresa terceirizada, percorre as ruas, de porta em porta, recolhendo apenas o reciclável que é deixado nas calçadas e lixeiras. Para este serviço, dois coletores acompanham os motoristas. Para que os munícipes não se confundam, a gestão da coleta seletiva adotou o método de alternar o seu recolhimento com o dia da coleta convencional.

Outro ponto importante é que a frequência da coleta seletiva não é a mesma da coleta convencional. Em Uberlândia, dependendo do bairro, a coleta convencional passa de duas a três vezes por semana, enquanto o serviço da coleta seletiva é feito apenas uma vez na semana. Isso acontece, basicamente, por dois motivos: devido ao alto custo da coleta porta a porta e pelo fato de que quando o material reciclável é acondicionado da forma correta ele não atrai vetores e não causa mau cheiro nesse intervalo de tempo.

Inicialmente, o projeto atendia apenas 02 (dois) bairros da cidade, Santa Mônica e Segismundo Pereira. Desde então, o trabalho foi expandido e, atualmente, atende 29 (vinte e nove) bairros concentrados na região central da cidade.

No quadro a seguir, organizado a partir de informações concedidas pelo Banco de Dados de Informações da Prefeitura Municipal de Uberlândia, é possível observar quais são os bairros atendidos pelo programa de coleta seletiva e em quais dias da semana.

Quadro 02 - Bairros contemplados pela coleta seletiva em Uberlândia

DIA DA SEMANA	BAIRROS CONTEMPLADOS
Segunda-feira	Bairro Cazeca (da Av. João Naves de Ávila até a Avenida Tenente Virmondés); Bairro Dona Zulmira; Bairro Jardim Patrícia; Bairro Mansour; Bairro Luizote de Freitas (Av. José Fonseca e Silva / Anel Viário); Bairro Tibery e Centro.
Terça-feira	Bairro Daniel Fonseca; Bairro Lídice (da Rua Tenente Virmondés até a Rua Mário Porto); Bairro Martins (da Av. Fernando Fernando Vilela até a Av. Getúlio Vargas); Bairro Morada do Sol; Bairro Osvaldo Rezende; Bairro Santa Mônica (da Av. Anselmo Alves dos Santos até a Av. Segismundo Pereira.); Bairro Vigilato Pereira; Bairro Cidade Jardim e Centro.
Quarta-feira	Bairro Dona Zulmira; Bairro Jardim Patrícia; Bairro Luizote de Freitas; Bairro Mansour (da Av. José Fonseca e Silva até o Córrego do Óleo); Bairro Fundinho; Bairro Lídice (da Rua Mário Porto até a Rua Augusto César); Bairro Umuarama; Bairro Tabajaras e Centro.
Quinta-feira	Bairro Bom Jesus; Bairro Custódio Pereira; Bairro Martins (da Fernando Vilela até a Av. Profª. Minervina C. Oliveira); Bairro Osvaldo Rezende; Bairro Patrimônio; Bairro Santa Mônica (da Av. João N. De Ávila até a Av. Segismundo Pereira); Bairro Jardim Karaíba; Bairro Alto Umuarama e Centro.
Sexta-feira	Bairro Aparecida; Bairro Brasil; Bairro Pres. Roosevelt; Bairro Saraiva; Bairro Jaraguá e Centro.

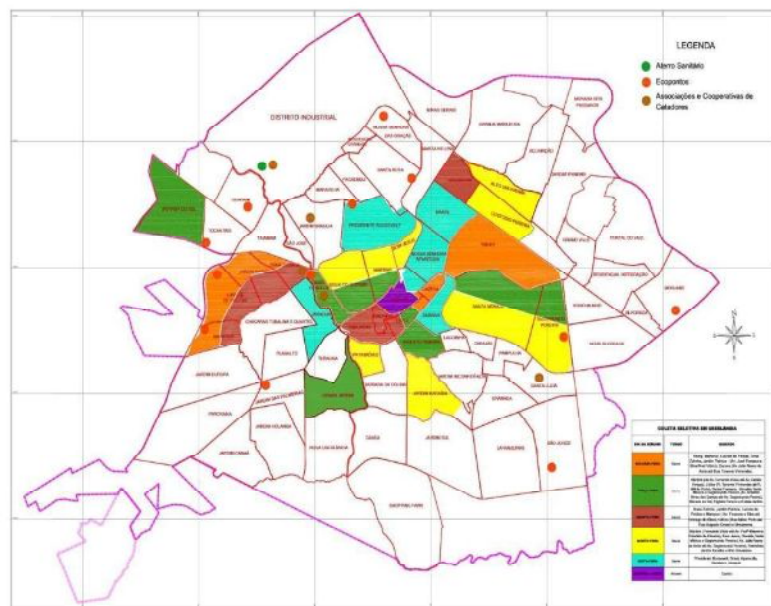
Fonte: PMU, 2016

Como foi dito anteriormente, um dos critérios para se escolher os locais onde haverá o serviço de coleta seletiva, é o da projeção feita com o método da análise gravimétrica⁸, no qual se calcula o potencial de volume de materiais recicláveis que é gerado em determinado local.

Nesse sentido a primeira região atendida, Santa Mônica/Segismundo Pereira, se deu por concentrar uma grande população de classe média. E o Centro devido ao alto número de comércios que geram volumes significativos de material reciclável.

Como é possível verificar no mapa a seguir, ao dividirmos a cidade em quatro regiões (norte, sul, leste e o oeste) podemos observar que há uma concentração na região central da cidade e que as periferias praticamente não têm acesso ao serviço.

Figura 03 - Representação cartográfica da cidade de Uberlândia. Bairros com coleta seletiva possuem cor.



Fonte: PMU, 2016

Os critérios estabelecidos pela gestão da coleta seletiva geralmente são: o potencial de geração de reciclável, que está ligado a renda (quanto maior a renda maior é a

⁸ De acordo com a NBR 10.007: 2004 da ABNT a análise gravimétrica dos resíduos pode ser definida como a técnica que busca determinar a composição percentual, em peso, de cada tipo de material encontrado nos resíduos que foram coletados, seguindo o método de quarteamento.

geração de resíduos), o número de moradores nos bairros e a logística de transportes. Neste sentido, bairros da região periférica são quase sempre os últimos a receberem o serviço.

São recolhidos por este sistema cerca de 8 a 10 toneladas por dia de material reciclável. Configura-se como material reciclável papel, plástico, vidro, metal, tetra pack e óleo de cozinha. Este processo consiste basicamente no recolhimento, porta a porta, do material que é separado do lixo na fonte geradora, ou seja, pelos munícipes em seus domicílios e comércios.

A coleta seletiva, desde 2011, passou por uma evolução no sentido de atender mais bairros, – ainda sim está longe de alcançar a meta da PNRS de 2010 de que até 2010 todos os municípios teriam que ter uma coleta seletiva que atendesse a toda população - aumentar o número de caminhões que fazem a coleta e, conseqüentemente, o volume de material reciclável coletado. No quadro abaixo temos em números absolutos a quantidade de material reciclável coletado. Com base nessa informação e na experiência na gestão, podemos inferir que quando há o crescimento do volume coletado é por que novos bairros passaram a ser atendidos e não porque há uma participação efetiva da população.

A PMU não tem dados exatos – nunca houve um levantamento desse tipo - sobre a participação da população na coleta seletiva, mas é consenso entre os/as catadores/as, motoristas, coletores e os servidores que trabalham na gestão da coleta seletiva, que essa realidade acaba por impactar nos custos da coleta, tornado-o elevado e interferindo na baixa produtividade do programa na cidade.

Quadro 03 - Coleta de Materiais recicláveis pela PMU em Uberlândia (kg)

Ano	Quantidade Coletada de materiais (Kg)
2011	802,958
2012	1.996,648
2013	1.913,274
2014	2.020,020
2015	2.231,780

Fonte: PMU, 2016 n.p.

Nas tabelas e gráficos abaixo observamos os dados entre 2011 e 2015, em percentual de cada tipo de material reciclável que é coletado pelo programa de coleta seletiva da cidade. Algumas considerações acerca dessas informações podemos fazer: o papelão é o material mais coletado na cidade, o que não foge dos dados nacionais. Em seguida, temos os

plásticos (aqui se encontram todos os tipos de plásticos reunidos, mas eles se diferem não só na composição, mas também nos valores de comercialização) e, logo atrás, os metais, aqui incluídas as famosas latinhas de alumínio, fios e sucata.

Sobre as latinhas de alumínio, como dissemos no capítulo I, elas estão entre os materiais que mais voltam para a cadeia dos recicláveis, mas grande parte não é pelas mãos dos/as catadores/as, por que esses materiais chegam muito pouco aos galpões devido a separação que a própria população faz como mais uma fonte de renda.

Ainda sobre as informações que apresentamos, dados quantitativos dos quadros apresentados (04 e 05) a partir das informações da PMU são aproximados, por que o volume de reciclável coletado é calculado de acordo com a capacidade de cada caminhão baú. Somente os caminhões que entregavam material reciclável para associação que está localizada no aterro sanitário que era pesado, por conta da balança que lá existe e que também pesa os caminhões da coleta convencional. Essa falta de segurança nos dados da coleta seletiva de Uberlândia é também um importante gargalo que deve ser resolvido.

Figura 04 - Quadro da quantidade em Kg por tipo de material reciclável coletado pela coleta seletiva em Uberlândia

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Tipo de Material	Quantidade (em kg)				
Papel/Papelão	682,153	855,8	1053,5	1096,1	1161,1
Plásticos	166,356	284,9	268,5	268,5	246,8
Metais	75,967	358,1	127,1	108,4	98,1
Vidros	74,688	220,7	147,9	230,2	239,3
Outros	4,09	36,4	34,2	51,5	60,1

Fonte: PMU (2016)

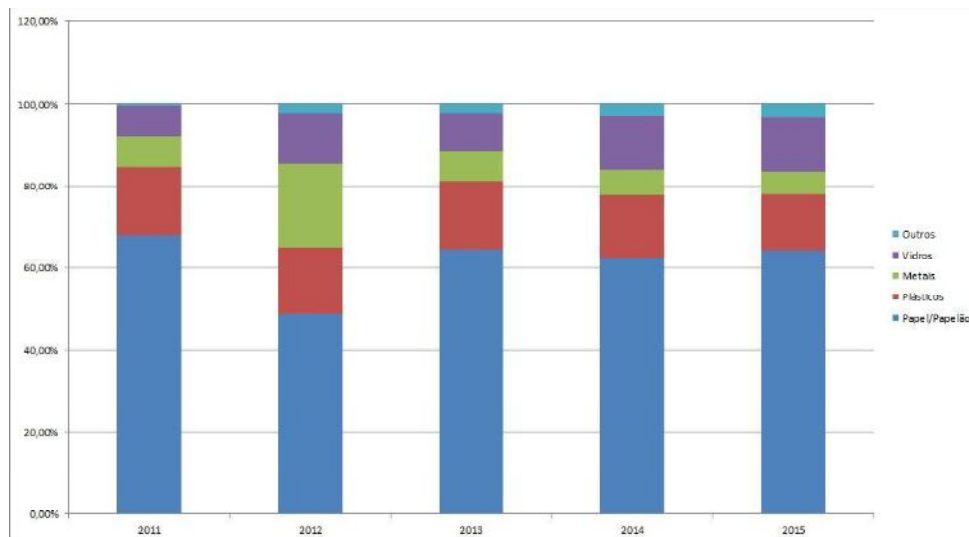
Figura 05 - Quadro da porcentagem do tipo de material reciclável coletado pela coleta seletiva de Uberlândia

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Tipo de Material	Quantidade (em %)				
Papel/Papelão	67,99%	48,74%	64,58%	62,47%	64,31%
Plásticos	16,58%	16,23%	16,46%	15,30%	13,67%
Metais	7,57%	20,39%	7,79%	6,18%	5,43%
Vidros	7,44%	12,57%	9,07%	13,12%	13,25%
Outros	0,41%	2,07%	2,10%	2,93%	3,33%

Fonte: PMU (2016)

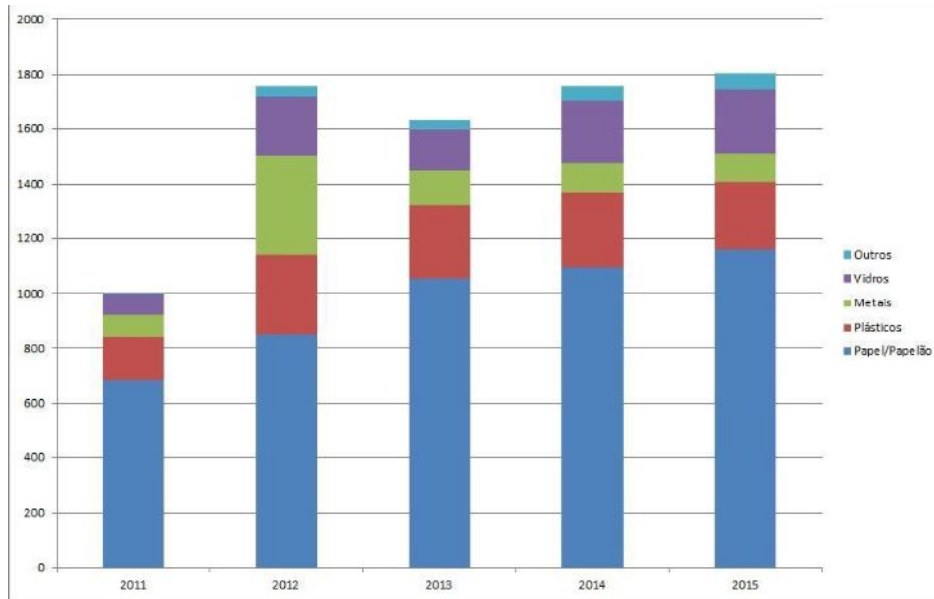
Abaixo temos dois gráficos que nos ajudam a visualizar de forma mais didática o estamos buscando demonstrar com as tabelas e as descrições sobre os tipo de material reciclável: que a maior parte, entre 40% a 60,5, do material reciclável coletado é de papelão, tornado esse material a principal fonte de renda do/as catadores/as.

Gráfico 03 - Quantidade, em Kg, por tipo de material reciclável coletado pela Coleta Seletiva de Uberlândia



Fonte: PMU. Eu mesmo que fiz

Gráfico 04 - Porcentagem do tipo de material reciclável coletado pela coleta seletiva de Uberlândia



Fonte: PMU, Eu mesmo que fiz

Esta separação, “lixo” seco (recicláveis) e “lixo” úmido/molhado (orgânico e rejeitos) é importante, pois evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o valor agregado deste e diminuindo os custos de reaproveitamento.

Daí a importância do sistema de coleta específico deste tipo de material. Depois de recolhido, os materiais recicláveis coletados são encaminhados para Associações e Cooperativas que atuam em parceria com a prefeitura de Uberlândia, onde o material será triado pelos trabalhadores destas entidades e por fim comercializados.

As informações encontradas no sítio da Prefeitura de Uberlândia afirmam que atualmente existem seis empreendimentos (associações e cooperativa) de catadores/as de material reciclável conveniados com a mesma e que fazem parte do programa de coleta seletiva do município.

São elas: Associação de Catadores e Recicladores Autônomos (ARCA); Cooperativa de Recicladores de Uberlândia (CORU), Associação dos Coletores de Plástico, PET, PVC e outros Materiais Recicláveis (ACOPPPMAR), Associação dos Catadores e Recicladores de Uberlândia (ACRU), Associação dos Catadores de Material Reciclável do Bairro Taiaman (ASSOTAIAMAN) e Associação dos Catadores Boa Esperança (ARBE).

Até julho de 2013, mais uma associação (Associação Brasileira de Reciclagem e Coleta Seletiva – ABRCS) também era conveniada, mas seus associados não quiseram sair da

área de preservação permanente para outro local cedido pela prefeitura e, por isso, não tiveram o convênio renovado.

Desde que o programa foi estabelecido pelo poder público municipal, em 2011, houve uma interação entre este e os empreendimentos de catadores/as existentes na época. Vale ressaltar que esses empreendimentos de catadores/as, a mais antiga possui 10 (dez) anos, já realizavam o trabalho de Coleta Seletiva mesmo antes da iniciativa da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que começou em 2010 (PMU, 2016).

A relação entre a PMU e os empreendimentos dos/as catadores/as é normatizada através de convênio firmado entre as Secretarias de Meio Ambiente e Serviços Urbanos e aqueles. O convênio, em linhas gerais, garante a entrega do material reciclável aos empreendimentos e alguns benefícios. Dentre estes, espaço para triagem e armazenamento dos materiais recicláveis, pagamento de água e energia elétrica, vigilância do espaço e lanche. Em contrapartida, os/as catadores/as devem receber todo material reciclável enviado pela PMU, prestarem conta mensal do que foi comercializado e entregar um balanço patrimonial anual.

A parceria estabelecida, em um primeiro momento, entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e os empreendimentos de catadores/as, se enquadra na perspectiva da aplicação da legislação estadual e federal acerca dos resíduos sólidos que prevê a implantação da Coleta Seletiva em toda a cidade e com a inclusão sócio produtiva dos/as catadores/as de material reciclável. Mas esse atendimento, do nosso ponto de vista, ainda é parcial, porque importantes pontos que estão na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) não foram contemplados, como o pagamento pela prestação de serviços e uma gestão democrática no que tange aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e, particularmente, as coletas seletiva.

A Prefeitura tem como dever a realização do trabalho de mobilização da população para que contribua com o programa fazendo a separação e disponibilizando o material reciclável para a coleta seletiva.

Esse trabalho de divulgação é realizado de diversas formas. A primeira é a mobilização porta a porta, onde uma equipe – a partir de 2013 os/as catadores/as passaram a compor essas equipes para que a população se sensibilizasse mais sobre o importante trabalho que os/as catadores/as fazem e conhecessem para onde vai os recicláveis separados – entrega um panfleto com um ímã de geladeira que mostra qual dia vai passar o caminhão, explica como se faz a separação dos recicláveis e como acondicioná-los até o dia que o caminhão irá passar.

Outras formas de divulgação somente eram possíveis através de palestras em escolas e empresas e participações em eventos. A grande dificuldade estava em atingir um grande número de pessoas que eram atendidas em seus bairros pela coleta seletiva sem gerar uma expectativa naqueles que não tinham acesso. Por isso, propagandas de televisão e rádio não poderiam ser usadas.

O que podemos constatar de fato é que mesmo em bairros onde há coleta seletiva a população não conhece o serviço e isso pode levar que uma importante iniciativa caia no descrédito e na desconfiança junto a população, que paga de forma indireta pelo serviço – inclusive aquela parcela que não é contemplada – e vê pouco o quase nenhum resultado. E ainda há o desconhecimento sobre a destinação dos recicláveis para os/as catadores/as, esse fato sempre foi bastante frisado pela equipe de mobilização e conscientização.

Um marco legal que instituído em 2013, através de um decreto, pelo prefeito petista recém-empossado, Gilmar Machado, foi o da criação de um comitê gestor da coleta seletiva solidária que conta com a participação de um representante de cada empreendimento de catadores (as), secretarias municipais envolvidas com o programa de coleta seletiva e a Universidade Federal de Uberlândia através do CIEPS/PROEX/UFU.

Esse comitê foi fruto de uma reivindicação histórica dos/as catadores/as que sempre insistiram na perspectiva que eles, os principais agentes da coleta seletiva, participassem também na elaboração das políticas deste setor. No decreto podemos perceber já uma iniciativa de tratar a coleta seletiva na cidade à luz da PNRS quando diz no seu Art. 2º que “Comitê Gestor da Coleta Seletiva Solidária tem por objetivos”:

I – incentivar, ampliar, congregar, credenciar, capacitar e monitorar os empreendimentos populares de coleta seletiva, na busca de seu aprimoramento e sustentabilidade; II – promover a melhoria quantitativa e qualitativa da vida dos catadores integrantes da coleta seletiva credenciada; III – estabelecer mecanismos de controle e acompanhamentos diários do material coletado, selecionado e comercializado; IV – aprimorar a coleta, recolhimento, transporte, separação e demais etapas da coleta seletiva dos resíduos; V – ampliar os programas e campanhas educacionais relativos à coleta seletiva, as políticas correlatas e a capacitação dos catadores na gestão de resíduos sólidos; VI – implementar projetos de inclusão de catadores e de erradicação de lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos; VII – articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de resíduos sólidos; VIII – definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada no Município.

Outro mecanismo importante, que busca garantir os interesses dos/as catadores/as na política municipal de coleta seletiva e que também foi fruto das suas lutas e contou com a participação direta deles foi a Lei 12.504/16 que “dispõe sobre o serviço público de coleta seletiva solidária dos resíduos recicláveis no município de Uberlândia” (PMU, 2016).

Tanto os/as catadores/as como a gestão do então prefeito, Gilmar Machado, tinham interesse em aprovar essa legislação em 2016, antes do resultado das urnas de outubro. Caso houvesse uma derrota da candidatura de reeleição do Prefeito Gilmar Machado e a lei não fosse aprovada, dificilmente a Câmara aprovaria depois de outubro e, mais difícil ainda, caso o candidato Odeldo Leão vencesse as eleições, o que acabou ocorrendo.

Essa legislação nasceu no contexto no qual os/as catadores/as queriam assegurar que na cidade de Uberlândia a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) seria não só implantada, mas também fosse respeitada a possibilidade de que os/as catadores/as continuassem a participar da gestão e de que a prefeitura os remunerasse pelo serviço prestado como agentes ambientais que contribuem na destinação correta dos resíduos.

A lei nº 12.504/2016 tem importantes mecanismos. Ela busca assegurar que os princípios da coleta seletiva da cidade sejam baseados na economia solidária; que os/as catadores/as organizados em associações/cooperativas sejam protagonistas nesse processo; que o trabalho dos/as mesmos/as possa ser reconhecido na sua contribuição nas áreas do meio ambiente, da saúde e da inclusão social; ela também busca dar conta de se ter um quadro de servidores específicos para atuar junto aos catadores na gestão da coleta seletiva; mantém a política de se fazer uma gestão colegiada através do Comitê Gestor da Coleta Seletiva Solidária, e por fim, os/as reconhecem como prestadores de serviço para a cidade remunerando o serviço prestado. Assim, os/as catadores/as não sobreviveriam apenas da venda do que eles triaram, mas receberiam pela quantidade de recicláveis que não foram aterrados na cidade.

Por outro lado, essa importante legislação é impossibilitada de ser colocada em prática pela falta de vontade política da poder público municipal, pela manutenção dos interesses da empreiteira que faz a coleta dos RSU, e a falta de dotação orçamentária própria.

Vejam agora alguns aspectos importantes e que são conquistas para os/as catadores/as de Uberlândia. Observamos que há por parte da gestão municipal, principalmente na Gestão Gilmar Machado, um reconhecimento do papel dos catadores, mas há também um certo temor, quando diz que essa participação é consultiva, retirando dos/as catadores/as um papel ativo de fato. No Capítulo I, Artigo 2º, inciso IV da lei 12.504/16 diz o seguinte:

reconhecer as cooperativas ou associações de catadores de material reciclável como agentes ambientais da limpeza urbana, participantes autônomos e ativos, ainda que em caráter consultivo, das políticas públicas, planejamento e gestão da coleta seletiva municipal (UBERLÂNDIA, 2016).

Importante reconhecer que, caso a lei nº 12.504/16 fosse realmente aplicada, o cenário da coleta seletiva seria outro e os/as catadores/as estariam em melhor posição, não só com mais participação, mas com um potencial de geração de renda que atrairia outros/as catadores/as para as associações/cooperativas.

Por isso, os/as catadores/as de Uberlândia (MG) lutam para que tal lei se faça valer, pois, por meio dela, o poder público municipal reconhece formalmente que os/as catadores/as – estejam em associações ou cooperativas ou de forma autônoma – são os principais protagonistas na política pública de uma coleta seletiva solidária.

Art. 5º O serviço público de coleta seletiva solidária no Município de Uberlândia será prestado exclusivamente por cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (UBERLÂNDIA, 2016).

Por isso tudo que a consolidação de uma política pública séria e consequente na área da coleta seletiva deve, sempre, começar e terminar com os principais interessados e que historicamente viveram do “lixo”, os/as catadores de material reciclável. Sem esse princípio, a coleta seletiva estará fadada a ser moeda de troca entre empreiteiras e o poder político e “no melhor dos mundos possíveis”, apenas uma moda para satisfazer a consciência de determinadas camadas da população.

Aliado ao protagonismo dos/as catadores/as está a defesa da gestão pública, transparente e competente no trato dessa política pública, uma grande mobilização social que envolva a população sobre a responsabilidade que cada um tem, mas que fale sobre a importância social, econômica e ambiental de se ter uma coleta seletiva solidária eficiente.

No próximo capítulo abordaremos os limites dessas experiências, em face da lógica do sistema capitalista, para o que utilizaremos categorias da teoria social de Karl Marx.

3 LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE ALGUMAS CATEGORIAS DA TEORIA SOCIAL DE KARL MARX

3.1 Importantes categorias de Karl Marx para se pensar a cadeia produtiva dos materiais recicláveis

Seguindo nossa pesquisa, podemos afirmar que o processo da coleta seletiva, de uma forma geral, e a comercialização e o retorno dos materiais recicláveis ao processo produtivo não escapam das leis da economia de mercado, mesmo quando estejam envolvidos nesse processo sujeitos que buscam pensar novas formas sociais de produzir sua vida material.

Neste sentido, nossa pesquisa procurará nas elaborações de Karl Marx algumas respostas para que possamos entender a dinâmica da cadeia produtiva dos recicláveis nos marcos do capitalismo.

Nossa escolha por esse teórico está calcada na perspectiva de que a teoria e o método elaborados por Karl Marx, e seu companheiro Friedrich Engels, descortinaram a possibilidade de se compreender a dinâmica do nascente capitalismo do século XIX e ainda serem atuais – de fato as contradições do capitalismo ainda não foram superadas – e relevantes para o estudo de questões contemporâneas.

Em nossa análise, serão de fundamental importância as categorias de *materialismo dialético*, *materialismo histórico*, *modo de produção* e *formação social*. Certamente outras categorias serão utilizadas ao longo do texto, mesmo porque entendemos que, a teoria social de Marx é um todo onde as partes se relacionam sempre de forma dialética.

Nossa pesquisa se embasou na teoria e na metodologia inaugurada pelos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, que estabeleceram como suas referências mais importantes a filosofia clássica alemã – notadamente o pensamento de Hegel – a economia política inglesa – David Ricardo e Adam Smith – e a escola socialista francesa – Proudhon – (LENIN, 1981, p.35).

Interessam-nos, nesse momento, as definições e os desdobramentos possíveis de duas categorias fundamentais para a compreensão de pensamento de Marx e que, vão estabelecer toda a teoria e método desse pensador, a saber: o materialismo dialético e o materialismo histórico.

No Dicionário do Pensamento Marxista encontramos não somente a definição de tais conceitos, mas também apontamentos críticos sobre a utilização dos mesmos pelo marxismo oficial vindo da ex-URSS. Um importante apontamento que encontramos nessa obra de Bottomore é de que “O Capital de Marx e o Anti-Dühring de Engels, o primeiro representava a ciência econômica básica do materialismo histórico e, o segundo, as bases da filosofia do marxismo, o materialismo dialético” (BOTTOMORE, 1988, p.258).

A escola althusseriana, em especial o próprio Althusser, produziu importantes estudos sobre os dois conceitos, destacamos a obra, “Materialismo Histórico e Materialismo Dialético”, de Althusser e Badiou.

Nesta obra Althusser mostra que Marx nos legou fundamentalmente: “duas disciplinas distintas, unidas uma a outra por razões históricas e teóricas, mas na realidade distintas uma da outra na medida em que possui objetos distintos: o materialismo histórico, ou ciência da história, e o materialismo dialético, ou filosofia marxista” (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p.33).

Althusser em sua obra define que:

objeto do materialismo histórico está constituído pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento e suas transformações. [...] Podemos ser mais precisos e designar este objeto como a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos, definição que abrange e resume outras possíveis definições: a diferença histórica entre ciência e ideologia, a teoria da história da cientificidade, etc. (ALTHUSSER & BADIOU, 1979, p.43).

Em relação ao materialismo dialético, podemos dizer que possui fundamentalmente três leis:

1 – lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias; 2 – a lei da unidade dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições; 3 -a lei da negação da negação, que pretende que, no conflito de contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior do desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os temas negados (processo por vezes representado no esquema triádico de tese, antítese e síntese) (BOTTOMERE, 1988, p.259).

Continuando nossa busca por uma definição que nos contemple e nos ajude a trilhar o caminho teórico para nosso trabalho. Ressaltamos que o conceito de materialismo histórico está intrinsecamente ligado ao de modo de produção. O materialismo histórico seria a ciência que busca entender como homens e mulheres ao longo da história se organizavam socialmente e essa resposta estará em como esses mesmos indivíduos produzem e reproduzem

sua vida material. Logo, os conceitos de modo de produção, forças produtivas, meios de produção e relações sociais de produção são partes dos conceitos de materialismo histórico.

Dito isso, entramos na discussão acerca do conceito de *modo de produção*. Esta conceituação é de suma importância para entendermos o pensamento marxiano⁹ e, em nossa perspectiva, poder lançar luzes sobre nosso objeto de pesquisa.

No famoso e muito debatido “Prefácio” da obra “Contribuição à crítica da economia política”, de 1859, encontramos uma caracterização importante não só do que seria o modo de produção, mas também sua “função” na vida social. Assim:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social (MARX, 2008, p. 47).

São vários os autores e as polêmicas, sejam do campo marxista ou não, que tratam do modo de produção como categoria de análise para se entender a realidade social. Este trecho nos ajuda a compreender qual é o conteúdo da categoria de modo de produção quando nos mostra que ele pode ser compreendido como um todo social composto por uma base econômica (forças produtivas) que sustentaria a vida social em seus múltiplos fenômenos como a Política, o Estado, a Família, etc..

Não vamos apresentar todo o debate sobre o tema, mas buscaremos extrair, através da leitura alguns textos de Marx, a definição e o potencial explicativo de tal conceito.

Em busca de coerência com a definição elaborada por Marx, buscamos não imprimir uma leitura economicista acerca do conceito de modo de produção, inclusive tecendo uma crítica a mesma.

⁹ O conceito marxiano, se tornou corrente nos debates das Ciências Sociais na esteira de novas edições das obras de Marx traduzidas direto do alemão que privilegia uma interpretação direta do que o autor diz. Assim, quando nos referimos ao termo marxiano nos referimos a leitura do próprio Marx e não seus de intérpretes.

Para esta leitura, hegemônica na II Internacional, a interpretação do modo de produção induzia a entender que a ruptura e a transformação social – ou seja, o fim do capitalismo – iria ocorrer de forma automática, bastando o desenvolvimento ininterrupto das forças produtivas que levaria ao choque com as relações sociais de produção. Esta leitura também prevaleceu no chamado marxismo oficial, nascido na ex-URSS, notadamente entre 1924 e 1953, período em que se deu o governo de Josef Stalin.

Para uma crítica à leitura economicista, apontamos que a dificuldade está na relação mecanicista e de certo modo evolucionista com que autores, como Kautsky entre outros, fazem da interpretação da tese de Marx sobre a relação entre a superestrutura e a infraestrutura, na qual o desenvolvimento incessante e inevitável da primeira levaria como que automaticamente a um revolucionamento social, arrastando consigo mudanças na superestrutura. Tal tese, por exemplo, não conseguiria imaginar uma revolução socialista na Rússia, de 1917, e até mesmo na China, de 1949.

Amparados na indicação de Bottomore (1988), encontramos na seguinte citação o melhor entendimento sobre o conceito de *modo de produção*:

A forma econômica específica em que o mais-trabalho não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta advém diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage sobre ela de modo determinante. Nisso se funda, porém, toda uma estrutura da entidade comunitária econômica, nascida das próprias relações de produção; simultaneamente com isso, sua estrutura política peculiar. Em todos os casos, é na relação direta entre proprietários das condições de produção e os produtores diretos – a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais profundo, a base oculta de todo arcabouço social e, conseqüentemente, também de forma política das relações de soberania e de dependência, isto é, da forma específica do Estado existente em cada caso (MARX, 2017, p. 852).

Para nosso estudo, tão importante quanto o conceito de modo de produção é também o de *formação social*. Utilizado por Marx algumas vezes, esta categoria é de suma importância para entendermos as particularidades em que se apresenta o modo de produção na realidade concreta a ser observada e também transformada.

O conceito de *formação social* nos ajuda a ter rigor metodológico quando nos fornece a chave de leitura das particularidades de determinado modo de produção no espaço e no tempo sempre marcado pelas contradições que lhe são inerentes. Assim, o *modo de produção* é conceito que busca compreender as sociedades (escravista, feudal, capitalista) nas

suas generalidades e a *formação social*, por sua vez, as sociedades (brasileira, estadunidense, inglesa) em suas especificidades.

O salto teórico que observamos nesse conceito é a possibilidade de que em determinada formação social, a brasileira, por exemplo, elementos do modo de produção capitalista podem coexistir com elementos do modo de produção feudal.

Interessante notar que no mesmo Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política” de 1859, Marx empregou o conceito de formação social sem detalhar, o que nos leva a confundir com o conceito de modo de produção.

Althusser e sua corrente serão os principais responsáveis por perceber a diferença teórica e prática desses conceitos. Desse modo, Althusser estabelece que o conceito de modo de produção tem em sua composição três instâncias – a econômica, a ideológica e a jurídico-política. Estas, por sua vez, se relacionam entre si e também com outros níveis da vida social. E a forma como se relacionam, sendo o econômico determinante em última instância, nos leva a observar a existência de várias formas de composição da vida social através do conceito de formação social.

Será na nota de rodapé 33 do Livro I d’O Capital, que Althusser e sua corrente irão fundamentar esse salto teórico que mostra a possibilidade de existência de elementos de mais de um modo de produção numa mesma formação social e que a instância econômica, mesmo não sendo a dominante, exerce em última instância a determinação.

[...] Aproveito a ocasião para refutar brevemente uma acusação que me foi feita por um jornal teuto-americano, quando da publicação do meu escrito Contribuição á crítica da economia política. Segundo esse jornal, minha afirmação de que os modos determinado de produção e as relações de produção que lhe correspondem, em suma, de que a “estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde predominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo, nem para Atenas ou Roma, onde dominava a política.[...] É claro que a idade média não podia viver do catolicismo, assim como mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, é o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política e aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal.[...] (O Capital, Livro I, pg. 156-157).

No caso do trabalho de catação dos/as catadores/as de material reciclável é comumente observável a remuneração por peças produzidas – material reciclável coletado – e

não por jornada de trabalho realizada. Tal remuneração é típica de um capitalismo em formação, mas bastante funcional no capitalismo contemporâneo que aumenta a exploração dos/as catadores/as seja através dos atravessadores ou até mesmo as “coopergatos”¹⁰.

Se quisermos entender a dinâmica dos materiais recicláveis e a posição dos catadores nessa relação, a primeira questão que devemos entender é que, longe de serem lixo, os materiais coletados e triados voltam a ser mercadorias, seja em forma de matéria prima (caso do papel, papelão e dos plásticos como as garrafas PET, seja na forma de produto final (caso dos potes vidro).

Assim, os materiais recicláveis devem ser entendidos como mercadorias e que, como todas as outras, passam pelo circuito de valorização do capital. A diferença é que essa mercadoria já passou por esse processo e volta a aparecer devido ao trabalho, em grande medida socialmente “invisibilizado”, dos/as catadores/as de material reciclável. “Catar” material reciclável é trabalho humano voltado a uma indústria, a da reciclagem. Portanto, estamos diante de um movimento do capital, considerando que essa atividade não está solta no ar...

Para Marx, a mercadoria é um objeto fruto do trabalho, algo que existe para atender certas demandas da humanidade. Ela é portadora de um duplo sentido: possui valor de uso – conceito que diz respeito a utilidade estrita do objeto - e valor de troca – que é próprio ao circuito do capital. Assim: “o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2013, p.114).

Mais adiante:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é sua forma natural originária. Porém elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis, e ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso elas só aparecem como mercadorias ou só passam a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: forma natural e a forma de valor (MARX, 2013, p. 124).

Mas também, a mercadoria, é uma forma de entender as relações sociais que nascem no capitalismo e que colocam no centro a produção de mercadorias como

¹⁰ Coopergatos é uma forma crítica com que catadores/as nomeiam os empreendimentos (cooperativas/associações) que na verdade são dirigidas como empresas, onde temos um gestor-proprietário que emprega catadores/as remunerando-os, mas se apropriando da maioria dos ganhos de forma individual.

possibilidade de extrair mais-valia e assim reproduzir o capital de forma incessante (MARX, 2013).

Dito isso, em nossa análise, um dos aspectos centrais que buscamos entender é como funciona o “mercado” dos materiais recicláveis e quais são os ganhos reais que os/as catadores/as conseguem realizando tal atividade, sempre percebendo nessas relações que os materiais recicláveis voltam a ser matérias-primas e, por conseguinte, mercadorias.

E isso só é possível quando mulheres e homens, crianças e idosos, aposentados e desempregados, passam a despendar energia e a correr vários riscos no trabalho de catação, seja empurrando carrinhos pela cidade ou mesmo numa esteira de produção dentro de um galpão de reciclagem. De acordo com Marx, em sua obra “Salário, preço e lucro”:

Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais delas nada tendo a ver com suas propriedades naturais, devemos, antes de qualquer coisa, perguntar: qual é a substância social comum a todas as mercadorias? O trabalho. Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para seu consumo, produz um produto, mas não uma mercadoria (ANTUNES, 2005, p.73).

O trabalho empregado pelos/as catadores/as nos processos de catação, separação, triagem, armazenamento e comercialização carrega o sentido de trabalho social em Marx, conceito que diz respeito ao caráter da produção e reprodução social da sociedade, mas nas condições da formação social brasileira traz consigo as contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo em sua forma neoliberal e financeirizada.

Importante é a elaboração de Magera, que busca caracterizar os/ catadores/as de material reciclável como partícipes do processo de venda e troca de mercadorias nos marcos do capitalismo:

O catador é o agente capaz de capturar para o processo produtivo o que foi jogado fora e tornar este recurso “morto” novamente em valor de uso e valor de troca, criando produtos derivados de ricas reservas naturais sem possuir alguma; eis a fantástica “mágica” do processo de reciclagem de lixo: gerar riqueza de coisas que já tinham seu destino traçado pela irracionalidade humana (MAGERA, 2005, p. 85).

Os materiais recicláveis coletados pelo/as catadores/as, dessa forma, quando voltam ao mercado estão ainda mais “carregados” de trabalho social, produzindo assim, valores nessa “nova-velha” mercadoria. Como afirma Marx:

Uma mercadoria tem um valor porque é uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou o seu valor relativo, depende da maior ou

menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessária à sua produção (ANTUNES, 2005, p.74).

Um dos problemas fundamentais que encontramos, atuando na gestão da coleta seletiva de Uberlândia e estudando a literatura acerca do tema, está no fato de que os/as catadores/as enfrentam grandes dificuldades de obterem remunerações, no mínimo dignas, vivendo desse trabalho. Nesse momento queremos discutir sobre a natureza da remuneração dos/as catadores/as e como ela não escapa das importantes formulações de Marx.

Os ganhos monetários dos/as catadores/as em geral são muito baixos como vimos nos capítulos anteriores e isso não tem a ver como muitos pensam, incluindo os/as próprios/as catadores/as, com a volatilidade do mercado de recicláveis, mas principalmente, em como o capitalismo estrutura a compra e a venda das mercadorias em consonância com a venda e a compra da mercadoria força de trabalho na busca incessante de reproduzir o capital.

Naturalmente os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser maiores do que eles; mas podem, sim, ser menores em todos os graus possíveis. Seus salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não são limitados pelos salários (ANTUNES, 2005, p.76).

Essa situação se torna ainda mais dramática para os/as catadores/ porque em grande medida sua remuneração está condicionada a essa questão estrutural apontada por Marx, porque o/ catador/a mesmo em condições de cooperado/associado sofre também com a pressão do chamado “atravessador”, que geralmente faz a compra futura do material reciclável, deixando tanto os/as catadores/as de rua como os cooperados/associados na condição de refém e assim submetidos a uma tabela de preços que não conseguem controlar. Isso se relaciona à informalidade, ao trabalho informal, que esse segmento (catadores) experimenta e vive no circuito geral (produção, distribuição, circulação e consumo) da indústria do reciclável.

Ser cooperado/associado não é condição para se escapar desse círculo vicioso de exploração, mas o entendimento dos/as catadores/as e de nossa pesquisa, é de que sem uma organização dos mesmos e sem uma política pública, essa situação não avança e, muito menos, a questão ambiental ligada à destinação correta dos resíduos sólidos.

3.2 Fundamentos, características da Economia Solidária e seus limites

A economia solidária aporta no Brasil, de acordo com Paul Singer, na esteira de uma grave crise econômica a partir do final dos anos 80 do século passado, crise essa caracterizada pela baixa produção industrial, altos níveis de desemprego, financeirização da economia brasileira, ainda dependente das exportações de commodities (SINGER, 2004).

Nessa conjuntura, de altas taxas de desemprego e informalidade do trabalho, aparecem as primeiras experiências de economia solidária que visavam não somente a incluir estratos marginalizados no trabalho, mas também servir como alternativa de organização da produção mesmo dentro dos limites do neoliberalismo (SINGER, 2004).

Ainda sobre esse processo de chegada e consolidação da economia solidária, a contextualização feita pelo professor Schiochet nos fornece um panorama interessante, porque ele relaciona esse fato não somente com a grave crise econômica e social, mas também com a ascensão dos movimentos sociais. Assim:

ela (a economia solidária) foi resultado histórico da forma como a ‘questão social’ se apresentou na década de 1990. Isto é, da contradição entre a trajetória dos movimentos sociais e o reconhecimento de sua importância na constituição de uma sociedade civil ativa e na institucionalização de esferas e políticas públicas (construção democrática de base), por um lado, e, por outro, a incapacidade de construção de uma ordem econômica capaz de assegurar de forma substantiva a cidadania ampliada requerida pelo processo de democratização (Schiochet, 2012, p.17).

Essa nova perspectiva, que tem origens no século XIX, como veremos mais adiante, busca numa conjuntura tão adversa formas de organizar os/as trabalhadores/as que foram impactados, sejam através do desemprego, da informalidade e da miséria, através de empreendimentos solidários que têm em seus princípios a crítica à sociedade do capital.

O capitalismo tem como características inerentes a sua forma de organização social de não utilizar de forma racional e plena toda a sua capacidade produtiva – esse movimento do capital é estruturante – e um dos seus efeitos mais perversos é a constituição de um imenso exército de reserva de trabalhadores e trabalhadoras desempregados que contribui para achatar os salários e mitigar a organização e a luta dos/as trabalhadores/as por melhores condições (SINGER, 2002).

A economia solidária é entendida por Singer como uma nova forma de produção e distribuição, alternativa ao capitalismo, que surge a partir das crises do desemprego, na qual grandes massas de trabalhadores e trabalhadoras são alijadas do chamado mercado formal de trabalho (SINGER, 2000, p.13).

De acordo com Singer, a economia solidária é alternativa em relação ao capitalismo, justamente porque consegue reunir “o princípio da unidade entre a posse e uso

dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2000, p.13).

O tipo de empreendimento que surge com a luta por uma política de resíduos sólidos com inclusão social ficou conhecido como Rede de Economia Solidária (RES). Este modelo surge em um contexto de mudanças em setores como a economia e a ciência e tecnologia, no esforço de articular setores da sociedade civil e do Setor Público para “atuar[em] através da elaboração teórica e no apoio a empreendimentos solidários no sentido da inclusão social e da democratização das relações de trabalho” (HIGA, 2010, p.1).

A Economia Solidária é um modelo de organização que incorpora os setores socioeconômicos da economia informal – trabalhadores autônomos, micro e pequenas empresas, associações e cooperativas – buscando promover inclusão social e democratização das relações de trabalho. Seu surgimento se deu a partir de diversos processos de luta pela manutenção de postos de trabalho em um momento de crise das relações de trabalho e do capital e através de políticas públicas que incentivassem a auto-organização de trabalhadores.

Para Singer, a economia solidária:

pode ser entendida como produção e distribuição, uma vez que não seria uma nova forma produção que surgiu entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Para Singer a economia solidária, ou o modo de solidário de produzir, é na verdade uma síntese entre essas formas e que por isso estaria acima dos dois (SINGER, 2000, p. 13).

Seguindo na conceituação de Singer ele ainda afirma que a economia solidária possui três características que a distingue do tipo de organização que impera no capitalismo. São elas: a posse coletiva dos meios de produção pelos integrantes dos empreendimentos solidários e, tão importante quanto, a gestão democrática em que todos têm acesso às informações e decisões, seja diretamente ou por representação e, por fim, o rateio dos lucros e prejuízos entre todos/as (SINGER, 2000).

Os estudos a respeito deste modelo de empreendimento são relativamente recentes no Brasil e ainda em processo de construção. Deste modo, não há uma convergência no que se refere à sua conceituação. Optamos, aqui, pela conceituação mais utilizada nos trabalhos acerca do tema. É comum nestes trabalhos encontrarmos uma relação entre o tipo de organização coletiva do trabalho que surge com a economia solidária e as experiências de economia social influenciadas pelos pensamentos socialistas. A economia social estaria caracterizada, deste modo:

pela associação de pessoas em gestões democráticas para produzir e reproduzir meios de vida, segundo relações de solidariedade, reciprocidade e igualdade. As três formas principais dessa economia são as cooperativas, as mutualidades e as associações (COELHO; GODOY, 2011 p. 727).

A economia solidária está muito próxima da economia social, mas há uma diferenciação entre elas pelo fato de que a primeira incorpora a segunda por completo e aguça a noção de um projeto que visa a pluralidade das formas de atividade econômica objetivando a inclusão da população marginalizada sob a forma de serviços diversos.

A Economia Solidária inverte os princípios da economia tradicional ao integrar duas noções que historicamente se encontram separadas e torná-las instrumentos de luta política na promoção de atividades econômicas coletivas e locais e, com isso, na superação de dificuldades estruturais (COELHO; GODOY, 2011 *apud* WAUTIER, 2003, p. 110).

São importantes, ainda, alguns apontamentos sobre o conteúdo e alguns temas importantes que giram em torno da economia solidária. Paul Singer procura responder de forma clara e objetiva tais temas, por isso nossa insistência e mantê-lo como o principal interlocutor nesse momento.

Os críticos da economia solidária apontam dois problemas que acometeram os empreendimentos baseados na economia solidária: o primeiro, de que esses empreendimentos não teriam condições de se manterem como uma ilha em meio ao capitalismo; o segundo, de que a consequência seria possível degeneração da economia solidária em uma empresa capitalista ou seu fechamento.

A essas críticas Singer entende que:

as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos, além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como quer trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2000, p.17).

No nosso entendimento, Singer procura não só defender o potencial transformador e crítico que a economia traz, seja de forma latente ou explícita, mas também legitimar essa concepção teórica e prática como organizador dos/as trabalhadores/as que estão nas franjas sociais do capitalismo, tanto através do desemprego quanto da informalidade (Singer, 2000).

Ao fazermos a leitura atenta de algumas formulações teóricas de Marx, confrontando com a realidade do programa de coleta seletiva de Uberlândia, a PNRS e as

demandas dos/as catadores/as, vimos que algumas teses de Singer não dão conta de explicar a realidade objetiva que cerca tais fenômenos.

Na nossa perspectiva, a análise de Singer deveria partir da categoria de formação social, no caso, caracterizar a brasileira, e assim poder compreender as determinações, condicionamentos específicos que o modo de produção capitalista no Brasil adquiriu. Entender como a infraestrutura e as relações sociais de produção interagem, como vimos anteriormente, é de suma importância para que não nos precipitemos em formulações genéricas.

Dessa forma, caracterizamos a formação social brasileira, no que tange aos vários tipos de trabalho - assalariado, mutualista, cooperado, informal, dentre outros - como formas funcionais e que acabam se conformando à reprodução do capital.

O associativismo/cooperativismo, base da economia solidária, aqui não estamos falando dos que existem entre frações da burguesia, pode e muitas vezes acaba levando a uma degeneração na qual disfarçadamente se tem apenas a arregimentação de força de trabalho mais barata e precária, funcionando como relações de trabalho de tipo terceirizado.

Os empreendimentos de catadores/as que acompanhamos têm em seus princípios os ideais da economia solidária. Mas observamos muitas dificuldades – como descrevemos em grande medida no capítulo 2 – para se manterem nessas perspectivas. A maior dificuldade em nossa opinião é a baixa adesão dos catadores autônomos em participarem desses empreendimentos, o que acaba induzindo a formação de associações/cooperativas em bases familiares, nas quais predominam, em alguns casos, o mandonismo e a falta de transparência com os recursos do empreendimento.

Singer procura estabelecer distinções fundamentais entre uma empresa capitalista e um empreendimento solidário:

Distinção entre empresas capitalistas e cooperativas baseadas na economia solidária se distinguem nos seguintes pontos: participação no capital da na empresa não precisa ser igual e de fato tende a não ser; a participação de cada sócio nas decisões é proporcional a sua quota de capital; a empresa pode ser dominada por um agrupamento de sócios que possui mais da metade das ações; os lucros são repartidos de acordo com as ações possuídas por cada sócio; nem todos os sócios precisam trabalhar na empresa e esta pode empregar não-sócios (SINGER, 2000, p. 28).

Como exemplo dessa pressão externa que as relações sociais com base no capitalismo se encontram, há a dificuldade das associações/cooperativas de fazerem o rateio de forma igual entre os/as catadores, seja dos lucros ou prejuízos. Praticamente todos os

empreendimentos trabalham na perspectiva do trabalho e ganho na produtividade individual e os dirigentes relatam que, em muitos casos, os custos administrativos e contábil, por exemplo, são pago por eles próprios e não entram no rateio geral das associações/cooperativas.

Isso se dá, não só porque falta consistência ideológica e política aos trabalhadores – claro que esses elementos contribuem para manter os empreendimentos dentro dos marcos da economia solidária – mas em grande medida, e para nós isso é estruturante, esses empreendimentos são atividades econômicas que ainda continuam a integrar o circuito do capital.

Essa questão fica evidente não só pelos apontamentos de Singer, mas também nas observações que fizemos acerca das relações internas e externas que as organizações de catadores de Uberlândia constroem no seu dia-a-dia.

Quando falamos da relação entre Setor Público e Sociedade Civil as conceituações formuladas por Antônio Gramsci, pensador italiano, são fundamentais. Um dos primeiros pontos que devemos destacar é que o conceito de sociedade civil em Gramsci está relacionado com a elaboração de uma concepção ampliada do Estado e, por fim, com o conceito de hegemonia. Gramsci buscará romper com uma visão instrumentalista do marxismo dito dogmático, ou instrumentalista, acerca do papel do Estado. Gramsci vai defender a concepção de que o Estado não é somente fonte de coerção, mas que também busca consenso. Assim,

na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade – no sentido, seria possível dizer, de que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção. (GRAMSCI, 2007, p. 244-245)

A sociedade civil é identificada por Gramsci através dos vários aparelhos privados de hegemonia, como escolas, igrejas, entidades de representação entre outros, que são espaços de intensas lutas políticas para que as ideias de determinada classe sejam as predominantes no conjunto da sociedade. O conceito de “hegemonia política é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força (GRAMSCI, 2007, p. 265).

As associações e cooperativas de catadores, nesta perspectiva, são exemplos de aparelhos privados de hegemonia e constitutivas da sociedade civil. Criadas com a perspectiva de serem uma possibilidade de se construir relações de trabalho autônomas que sejam autogestionadas, esses empreendimentos podem, mesmo dentro dessa concepção, reproduzir a visão de mundo das classes hegemônicas.

Como referência sobre o conceito de autogestão e a operacionalização dele no dia-a-dia de um empreendimento solidário, Singer diz que:

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados (SINGER, 2000, p. 20).

Pensando nisso, vamos analisar as possibilidades de rupturas com a ordem capitalista que tais empreendimentos possam vir a ter mesmo nas condições de hegemonia do pensamento neoliberal vigente, que afeta de forma muito dura a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, em geral, e, em específico, a vida dos catadores e catadoras de material reciclável.

Com a proposta de trabalho a ser desenvolvida, precisaremos tratar de duas das principais formas de Economia Solidária: as cooperativas e as associações, que são os modelos de organizações que pretendemos estudar.

O associativismo é um modelo de gestão e empreendedorismo que aparece com força no final do século XIX na Europa e que busca, até hoje, se afirmar como uma forma de resistência à exploração do capital. Apesar de ser uma forma de organização do trabalho que busca incorporar trabalhadores que estão fora do mundo do trabalho, precisamos destacar que este é um modelo associado ao regime de acumulação flexível do trabalho (SILVA, 2007).

No Brasil, o cooperativismo também surgiu no final do século XIX trazido pela imigração europeia e se configurando, tanto no campo quanto na cidade, a partir de modelos diferenciados. No meio rural ganhou destaque cooperativas agrícolas e de créditos, já no meio urbano destacaram-se as chamadas cooperativas de consumo. O primeiro tipo se expandiu economicamente e perdeu as características cooperativistas, dando espaço para grandes empreendimentos agroindustriais. O segundo tipo, por sua vez, entrou em colapso com o surgimento de redes de supermercados. Na década de 1930, este modelo de gestão recebeu incentivos fiscais e vantagens que garantiam sua constituição e funcionamento. Em 1971 foi instituído o decreto lei 5.764/71 com o objetivo de regular o funcionamento destas cooperativas (SILVA, 2007).

Este modelo de cooperativismo como conhecemos hoje é bastante recente, emergindo a partir das décadas de 1980 e 1990. As características primárias da Economia Solidária são encontradas nas experiências do associativismo. O germe da economia solidária é encontrado em experiências como as comunidades quilombolas, comunidades indígenas,

missões jesuítas, dentre outras que traziam em suas raízes a solidariedade e a reciprocidade como forma de contribuição para o desenvolvimento coletivo (SILVA, 2007).

A “economia solidária” seria uma composição de “ações inovadoras no campo da inclusão social, vistas como alternativas emancipatórias, em oposição a políticas meramente compensatórias”. Este é um modelo de autogestão que traz em sua estirpe a vontade de incluir setores e categorias antes marginalizadas em busca de promover cidadania (CRUZ, 2006).

A partir do fim da Ditadura Militar no Brasil, final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 do século passado, um grande debate surge em meio a efervescência da luta pela redemocratização em torno da cidadania e de suas possibilidades transformadoras que tanto ansiava a sociedade brasileira.

O termo cidadania possui longa trajetória, que data desde a experiência democrática grega, e, num primeiro momento, está ligado à cidade e aqueles que ali viviam. Mas sabemos que a democracia grega era restrita há um pequeno número de indivíduos – homens livres, adultos e que tinham posses – que podiam desfrutar daquilo que foi chamado de cidadania. Assim, cidadão é aquele indivíduo que poderá participar de forma ativa da vida da *pólis*, respeitando, é claro, as características apontadas anteriormente (GORCZEVSKY & MARTIN, 2011).

Tamanho foi esse impacto, que Saes afirma que:

os temas que, na atual conjuntura intelectual, mobilizam os espíritos sobressaem-se o da globalização e o da cidadania. E ambos os temas funcionam, no atual processo ideológico - cada um à sua moda -, como “mitos”; isto é, como ideias dotadas de um tal impacto emocional que chegam ao ponto de provocar a paralisia do pensamento. Operando em termos míticos, esses temas parecem solicitar à sociedade que ela os submeta a uma avaliação plebiscitária, em termos de “sim” ou “não”, de aceitação ou rejeição (SAES, 2000, p.1).

Assim, nos apoiaremos em Saes e em seu artigo que busca analisar criticamente o conceito de cidadania, principalmente aquele defendido por T.H Marshall, para definirmos as implicações teóricas e práticas para o nosso estudo.

É no fim da Segunda Guerra Mundial – começo das tensões daquilo que futuramente será chamado de Guerra Fria – que Marshall parte da ideia de que a cidadania é, de uma forma geral, o direito de ter direitos e que houve uma progressão acumulativa ao longo do processo histórico. Os primeiros direitos conquistados foram os civis, logo em seguida, os políticos, e, por fim, os sociais. Desse modo, tem acesso a cidadania plena aqueles

que gozam das liberdades individuais, da participação política e a educação, saúde e moradia, por exemplo (GORCZEVSKY; MARTIN, 2011).

Décio Saes, em “Cidadania e Capitalismo, uma crítica à concepção liberal de cidadania”, indica as imprecisões e as fragilidades que Marshall vai trazer para sua concepção de cidadania. A primeira que se faz notar é de um certo evolucionismo na questão das conquistas dos direitos, onde esses foram sendo conquistados de forma progressiva com o passar dos séculos.

Para Saes (2006), em qualquer formação social capitalista prevalece a noção de sujeito de direito, em que o Estado converte todas as pessoas, independente da posição que ocupem no processo de produção, em sujeitos dotados de direitos e de liberdades. Os direitos civis são aqueles ligados às relações estabelecidas no mundo do trabalho.

O Estado capitalista dá a eles a seguinte corporificação: todas as pessoas possuem capacidade de escolha, de praticar atos de vontade - as liberdades de ir e vir, de se movimentar e de assinar contratos. São estas liberdades essenciais ao modo de produção capitalista, pois elas passam a falsa impressão de que trabalhadores assalariados e proprietários dos meios de produção estão em condição de igualdade no estabelecimento de contratos.

Os direitos sociais, por sua vez, seriam aqueles que tomariam forma na esfera da reprodução da força de trabalho. Correspondem às medidas “que implicam uma melhoria das condições de trabalho e de vida dessas classes, bem como do nível de consumo das massas”. Estes direitos são garantidos tanto às crianças quanto aos idosos, pois esta é uma maneira de garantir condições de vida aos futuros e antigos trabalhadores.

Saes contesta a tese de Marshall de que os direitos sociais sejam uma evolução natural da instauração dos direitos civis, uma vez que os trabalhadores sempre tiveram de enfrentar uma dura oposição da classe capitalista que, na maioria das vezes, se mostrou insensível às reivindicações dos trabalhadores como um todo. O que é comum vermos, de acordo com Saes, é a atribuição de direitos sociais a grupos específicos por parte do Estado (SAES, 2006, p. 25).

Por fim, Saes, em um entendimento diretamente oposto àquele elaborado por Marshall, afirma que “uma cidadania plena e ilimitada, conforme com as exigências ideológicas subjacentes ao conceito apresentado por Marshall, situa-se além do horizonte da sociedade capitalista e de suas instituições políticas” (SAES, 2000 *apud* CAVALCANTE, 2008).

Esta conceituação sobre cidadania será importante para debatermos a respeito das políticas públicas cujo foco é promover a inclusão e, poderíamos assim dizer, a cidadania dos catadores, principal categoria de trabalhadores do setor de resíduos sólidos. Neste caso, há uma disputa acerca da concepção de cidadania, inclusão e dos alcances desta política.

Disputa que também acontece entre os empreendimentos dos/as catadores/as em relação com a gestão pública e também com os interesses privatistas sobre a destinação dos resíduos, entre eles os materiais recicláveis. Essa luta é bastante desproporcional, poderíamos invocar a metáfora do Davi *versus* Golias, mas os/as catadores/as mais perdem do que ganham nessa batalha.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como uma de suas diretrizes a inclusão dos /as catadores/as de forma efetiva e direta nas ações desenvolvidas. Em seu Art. 7º, inciso XII da Lei 10.305/2010, afirma-se que são objetivos desta Política a “(...) XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010).

A participação dos catadores no procedimento desta logística se dá através de acordos setoriais entre as cooperativas ou associações de catadores e o Setor Público. Há um certo incentivo por parte de vários setores, órgãos públicos, organizações não governamentais e setor privado para a criação de associações/cooperativas. Essas associações são compostas, em sua grande maioria, por famílias ou associados que já possuíam alguma relação entre si. São pessoas que já trabalhavam no mercado informal ou que estavam desempregadas, com baixa instrução e remuneração menor do que aquela obtida no mercado formal (MAGERA, 2005).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a inclusão socioprodutiva dos catadores. Isto significa a pretensão de incluir os/as catadores/as socialmente por meio do trabalho. Por inclusão socioprodutiva entende-se acesso ao mercado de trabalho, mas em condições dignas de acesso “aos direitos econômicos e sociais: financiamento adequado; assistência técnica continuada e apropriada; cobertura previdenciária etc.” (KRAYCHETE & SANTANA, 2012).

Singer faz um debate interessante sobre construção da competência técnica e saberes advindos da prática e das experiências. Ele alerta que se a competência técnica for a orientação determinante dos empreendimentos solidários o que ele chama de degeneração em empresas capitalistas será mais rápido e inevitável, mas o que queremos chamar a atenção é que mesmo nessas circunstâncias, onde há um certo desprezo pelo conhecimento técnico da parte Singer, ele não deixa de frisar que:

É claro que a empresa solidária não pode prescindir de especialistas desde o seu início, que podem pertencer ao seu quadro ou funcionar como assessores externos. A ausência de especialistas marca as pequenas cooperativas comunitárias, que se multiplicam nas periferias de nossas metrópoles, bem como as cooperativas que sucedem as empresas capitalistas falidas ou em processo falimentar (SINGER, 2000. p. 22).

A contribuição de especialistas e técnicos é muito importante para a sobrevivência dos empreendimentos, são várias as entidades - desde incubadoras ligadas às universidades, entidades empresariais, ONGS e o próprio movimento nacional dos/as catadores/as - no Brasil que se propõem a realizar esse trabalho e as associações/cooperativas.

Mas queremos aqui destacar a importância da gestão pública municipal nessa assessoria aos/as catadores. Em nossa visão, as prefeituras, possuem capacidade de disponibilizar recurso e pessoal. Como dissemos anteriormente, as prefeituras contam com uma estrutura que vai desde a assistência social, passando por geógrafos, biólogos engenheiros que podem potencializar o acompanhamento técnico junto aos/as catadores/as.

Como a coleta e destinação dos resíduos sólidos – inclusive a coleta seletiva - é do dever dos municípios, podendo ou não conceder esse serviço a empresas, o poder público tem grandes responsabilidades sobre a questão. Uma política que procure integrar os/as catadores/as passa por uma gestão comprometida politicamente com a coleta seletiva solidária e que seja democrática.

A democratização da gestão pública é essencial para que ocorra a confluência dos processos de democratização da economia e da política, que efetivamente garantirá os direitos sociais conquistados e a institucionalização de políticas públicas estruturantes de um novo modelo civilizatório (BENINI; DAGNINO; FARIA; NOVAES, 2012. p.12).

Ainda sobre a gestão pública democrática os autores citados acima reforçam que “ela é condição para que as políticas públicas deixem de ser vetores de integração dos subalternos no regime do capital e se orientem para a criação de condições de produção e reprodução livremente associada” (BENINI; DAGNINO; FARIA; NOVAES, 2012. p.12).

Sobre esta questão, Magera (2005) defende a tese de que os/as catadores/as organizados em associações/cooperativas – “empresários do lixo” – vivem um paradoxo da modernidade, sendo que deveriam ser seus patrões, mas na verdade acabam numa relação de precariedade do trabalho e explorados pela própria cooperativa. Concordamos com parte das críticas feita por Magera, quando principalmente organizações de catadores não são acompanhadas de forma efetiva pelo poder público, respeitando sua autonomia, essas

experiências tendem a não se consolidarem de fato.

A inclusão social pelo trabalho, no caso solidário, pode ser uma alternativa viável dentro de uma lógica que respeite a organização dos/as catadores/as e garanta acesso a políticas de financiamento para que essas organizações consigam atrair catadores autônomos, fora da lógica da precarização do trabalho, como vem acontecendo em algumas cidades do país.

Por fim, ponderamos que mesmo com o atendimento destas condições, a economia solidária e os empreendimentos que dela surgem têm uma ação anticapitalista muito restrita, podendo contribuir na formação política e ideológica dos/as catadores/as, mas ainda carregando elementos estruturantes que possibilitam a reprodução do capitalismo em suas diversas formas. E, a nosso ver, como, na linha de Gramsci, a hegemonia começa na fábrica, como metáfora de todo local de trabalho, a economia solidária, exatamente por ser utilizada como parte, como momento, de um complexo em que o trabalho socialmente combinado admite, e até necessita, de formas não típicas de assalariamento, se mostra como engrenagem no sistema de reprodução das relações capitalistas no âmbito da indústria dos recicláveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui empreendida por nós buscou, ao longo dos seus três capítulos, dar conta de responder algumas questões sobre a economia solidária, a política de coleta seletiva, (em específico, a de Uberlândia) e as dificuldades que os/as catadores/as enfrentam para viver com dignidade através do seu trabalho.

Partimos do pressuposto de que recuperamos o debate e o atual estágio da política de resíduos sólidos, suas legislações, debates, avanços e retrocessos. Podemos nesse momento, com muita tranquilidade, fazer um balanço desses temas que foram tratados.

As políticas sobre destinação correta de resíduos sólidos no Brasil avançou passos importantes, principalmente no período dos governos Lula e Dilma: a PNRS, os pactos setoriais, investimentos via Bancos públicos para a criação e fortalecimento de redes de catadores de material reciclável e discussão com a sociedade civil organizada, através de conferências – em 2013 a Conferência de Meio Ambiente tinha como tema os Resíduos Sólidos – e para nós o mais importante a meta do fim dos “lixões” com a inclusão socioproductiva dos catadores.

Mesmo com um cenário mais favorável, a realidade dos resíduos e da coleta seletiva não mudou. Mesmo o Brasil sendo campeão de reciclagem de alguns materiais, o que ainda impera é a falta de uma política pública – Política de Estado - mais consistente e que tenha uma decisão firme e consequente sobre o tema.

Os resultados dessa ausência de Política de Estado demonstram na realidade que a meta dos fins dos lixões e a aplicação de fato da PNRS continuam a ser adiadas *ad eternum* pelo governo federal, que cede às pressões das prefeituras que não possuem estrutura econômica e vontade política.

Desse modo, as perspectivas para a consolidação de uma política pública de coleta seletiva solidária se torna cada vez mais estrangulada, levando em conta o ambiente político e econômico de alta instabilidade que o Brasil atravessa. Em compensação, os/as catadores/as continuam sua luta por reconhecimento, na organização cada vez mais dos catadores de rua e na construção de mais empreendimentos solidários.

Em Uberlândia, a história da catação de materiais, como via de regra, antecede a construção de equipamentos e diretrizes sobre a destinação dos resíduos sólidos. E assim, quando surge o aterro sanitário que observamos o que se vê é a expulsão dos catadores dos lixões, mas sem uma política que possibilite uma real mudança nas condições de trabalho.

O que observamos é que, deliberadamente, a gestão pública, ao longo dos anos, manteve os/as catadores/as afastados da participação de qualquer debate e decisão sobre a coleta seletiva. O cálculo econômico e social de tal decisão deve ser feito e esperamos que nosso trabalho possa contribuir nessa crítica.

Refletindo sobre como se deu a processualidade da implementação da coleta seletiva na cidade, são vários os gargalos que precisam ser resolvidos para que exista uma coleta seletiva solidária que inclua de fato os catadores. Precisa-se de fato, que o poder público municipal aplique a PNSR, principalmente a orientação de que associações/cooperativas de catadores/as possam ser contratados como prestadores de serviço, maximizando suas responsabilidades e também o ganho com a catação e triagem.

É necessário que a gestão pública invista nessa possibilidade, não aceitando o argumento de que “muito se fez e faz” - basta uma visita a um galpão das associações/cooperativas para desmontar essa tese - ou de que os/as catadores/as estão pedindo muito. É necessário que poder público crie as condições para que a Lei Municipal 12.504/16, elaborada em grande medida pelos catadores, seja aplicada.

Outro gargalo a ser enfrentado em Uberlândia em relação a coleta seletiva diz respeito às próprias organizações de catadores/as. A sobrevivência dessas organizações passa, em nossa opinião, pela incorporação de novos, principalmente os/as catadores/as de rua, associados/as e cooperados/as, diversificando sua base. Isso é importante para deslegitimar discursos que acusem as associações/cooperativas de serem compostas apenas por familiares ou “assalariados”.

É urgente a organização desse segmento tão importante, como um movimento social grande, forte e enraizado, isso é condição indispensável para que os/as catadores/as se tornem um grupo político capaz de fazer frente aos interesses empresariais e aos reveses que surjam em relação a coleta seletiva em Uberlândia.

Consideramos que nesse momento é importante fazer alguns apontamentos e impressões que tivemos até o momento sobre a economia solidária enquanto conceito e como movimento, tese preconizada por Singer. É óbvio para nós o potencial de formação política e ideológica que a economia solidária possibilita ao reunir homens e mulheres, que devido ao desemprego estrutural, a precarização do trabalho e as terceirizações, não estão engajados em organizações tradicionais dos/as trabalhadores/as, como os sindicatos e partidos de esquerda.

Fazemos uma ressalva: a de que a economia solidária é mais um processo reformista que a proposta de uma mudança radical na sociedade. Não se trata, como disse Singer, de um novo tipo de modo de produção que ultrapassaria o capitalismo. A economia

solidária acaba por se integrar à economia de mercado, por que justamente as estruturas e bases do capitalismo ainda permanecem para além dos muros dos empreendimentos solidários, definindo, em larga medida, os contornos que estes podem, ou não podem, assumir.

Em alguns momentos históricos, o reformismo pode ser a única opção mais avançada aos/as trabalhadores, mas nem por isso deixa de ser reformista. Neste sentido que buscamos apresentar a partir de elementos da teoria social de Marx as limitações da economia solidária como um projeto político de esquerda mais radical.

A economia solidária, nos marcos da formação social brasileira, de país dependente e subordinado aos interesses do rentismo e do imperialismo, é uma possível saída para enfrentar o desemprego, a informalidade e outros sintomas da desagregação social provocada pelo capitalismo.

A minha trajetória militante e de participação na gestão municipal entre 2013 e 2016, me leva a pensar que a coleta seletiva solidária, mesmo em seus limites, tem um potencial transformador (fonte de renda, reconhecimento social, capacidade de projetar o futuro, entre outros) de grande importância para os/ trabalhadores/as que vivem da catação de material reciclável e, por isso, governos de esquerda e reformistas podem, pela coleta seletiva solidária, trazer não só dignidade aos catadores, mas também desenvolvimento econômico, como mostramos ao longo do trabalho.

Encerro sabendo que esse tema é de extrema relevância para as Ciências Sociais e que vários temas que trabalhei podem ser melhor desenvolvidos em futuros trabalhos e que existem categorias e realidades para serem entendidas num projeto de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ANTUNES, Ricardo. (Org). **A dialética do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2014**. <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>. Acesso em 05 de Novembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: **Resíduos Sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 2004.

BENINI, Édi A. & DAGNINO, Renato & FARIA, Mauricio S. & NOVAES, Henrique T.(Orgs). **Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas, Vol II**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BENSEN, G. R & RIBEIRO, H. **PANORAMA DA COLETA SELETIVA NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DE TRÊS ESTUDOS DE CASO** <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/2007-art-7.pdf>

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Brasília, DF, 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em 15 de Outubro de 2016.

CAVALCANTE, Tatiana Maria Náufel. **Cidadania e Acesso à Justiça**. 2008.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. **Pesquisa Ciclossoft**, 2016. <http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>. Acesso em 02 de Novembro de 2016.

COELHO, Diego & GODOY, Arilda. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública RAP**. Rio de Janeiro 45(3):721-49, Maio/jun. 2011.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Um estudo de psicologia social através da observação participante e entrevistas. São Paulo: USP (Universidade de São Paulo), 2008.

CRUZ, Antônio. **A Construção do Conceito de Economia Solidária no Cone Sul**. Revista Estudios Cooperativos - Unidad de Estudios Cooperativos – UDELAR I – URUGUAY, 2006.

ENGELS, Friederich & MARX, Karl. **A Ideologia Alemã (I – Feurbach)**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

ENVOLVERDE, **As Políticas de Reciclagem na PNRS**. 2011
In.: <http://www.envolverde.com.br/dialogos/noticias/as-cooperativas-de-reciclagem-na-politica-nacional-de-residuos-solidos/>.

GORCZEVSKY & MARTIN. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul, Edumisc: 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 3**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007. 3ª Edição.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8ª ed. Petrópolis/RJ. Vozes. 2001.

HIGA, William. **As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a Inovação Tecnológica**. GEPAL. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27032002pnsb.shtm>. Acesso em: 15 de outubro 2015.

_____. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm acessado em 05/11/2016

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, 2013. http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf Acesso em: 15 de Outubro de 2016.

_____. **Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos urbanos - Relatório de pesquisa**. Brasília, 2012. http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf. Acesso em 15 de Outubro de 2016.

JORNAL O ESTADO SÃO PAULO. **Metas da política de resíduos sólidos podem ser adiadas**. 18 de Novembro de 2012. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,metas-da-politica-de-residuos-solidos-podem-ser-adiadas-imp-,961634>. Acessado em 05/11/2016.

KRAYCHETE & SANTANA. **Economia dos setores populares e inclusão socioproductiva: conceitos e políticas públicas**. IPEA: mercado de trabalho ago. 2012.

LENIN, Vladimir Illich. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**, In Obras Escolhidas em 3 Tomos, 2ª edição. Lisboa: Edições Progresso, 1981.

LIMA, L. M. Q. Lixo: **Tratamento e Biorremediação**. 3 ed. São Paulo: Hemus, 2004.

LIMPEBRAS. <http://www.limpebras.com.br/interna.php?referencia=premiacoes>. Acessado em 18/11/2017.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In. SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2009.

MAGALHÃES, Ângela. C. B. **O espaço dos resíduos sólidos domiciliares e de sua logística reversa na geografia urbana: diagnóstico e modelo e gestão pró-ativo**. 2010. 171 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MAGERA, Márcio. **Os caminhos do lixo: da obsolescência programada à logística reversa**. Campinas – SP. Editora Átomo, 2012. 2ª Edição.

_____. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, Editora Átomo, 2010.

MEDEIROS, Luísa F. R; MACEDO, Kátia B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**, n. 18, v. 2, 2006.

MORAIS, Carolina. F. **Tratamento Alternativo para Resíduos Sólidos Urbanos: Uma proposta para a cidade de Uberlândia**. 2013. 122 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação e Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MORAIS, Edson & LANZA, Fabio et al., **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

MARX, Karl. **O Capital Livro I**. Boitempo, São Paulo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital Livro III**. Boitempo, São Paulo, 2017.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica à Economia Política, São Paulo Expressão Popular 2008. O GLOBO. **Brasil tem o maior aumento na produção de lixo em 10 anos**. 2014 In.: <http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/brasil-tem-maior-aumento-na-producao-de-lixo-em-10-anos-13478594#ixzz3KND8Yy8g>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Banco de Dados Integrados**. <http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/secretaria-pagina/56/514/secretaria.html>. Acesso em 05 de Novembro de 2016

_____. **DECRETO 14.055**. De 13 de Maio de 2013. Institui o Comitê Gestor da Coleta Seletiva de Uberlândia e dá outras providências.

_____. **LEI 12.504**. De 25 de Agosto de 2016. Dispõe Sobre o Serviço Público de Coleta Seletiva Solidária dos Resíduos Recicláveis no Município de Uberlândia e dá outras providências.

SAES, Décio. **Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. In: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/16saes.pdf.

_____. **Direitos sociais e transição para o Capitalismo: o caso da primeira República brasileira (1889 – 1930)**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.11, n.20, p.23-51, 2006.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil**. IN: Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas, Vol II. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de lixo de Brasília**. 2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados 18 (51), 2004.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NORNAS DA ABNT <https://wp.ufpel.edu.br/residuos/files/2014/04/nbr-10007-amostragem-de-resc3adduos-sc3b3lidos.pdf>. Acessado em 08/11/2016.

SOUZA, Jesse. **A Ralé Brasileira. Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**/ tradução [de] Maria de Jesus Brito Leite. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ZACARIAS, Rachel. “Sociedade de consumo”, ideologia do consumo e iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo. In. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.